



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**NATÁSSIA FORTES BRAGA PORTELA E SILVA**

**REPRESSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA SUBJETIVIDADES TRANS: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA PSICANÁLISE**

São Luís

2020

**NATÁSSIA FORTES BRAGA PORTELA E SILVA**

**REPRESSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA SUBJETIVIDADES TRANS: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA PSICANÁLISE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito de obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Me. Lorena Rodrigues Guerini

São Luís

2020

Silva, Natássia Fortes Braga Portela e.

Repressão e violência contra subjetividades trans : uma análise a partir da psicanálise / Natássia Fortes Braga Portela e Silva. - 2020.

74 f.

Orientador(a): Lorena Rodrigues Guerini.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Psicanálise. 2. Repressão. 3. Subjetividade. 4. Transexualidade. 5. Violência. I. Guerini, Lorena Rodrigues. II. Título.

**NATÁSSIA FORTES BRAGA PORTELA E SILVA**

**REPRESSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA SUBJETIVIDADES TRANS: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA PSICANÁLISE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito de obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Me. Lorena Rodrigues Guerini**

---

**1º Avaliador(a)**

---

**2º Avaliador(a)**

São Luís

2020

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Jefferson e Socorro, e ao meu irmão, Raul Lamarca, por estarem sempre ao meu lado, em todos os momentos em que os procurei, sendo a minha fortaleza fora de mim.

Com muita emoção, a todos os meus mestres na academia, em especial:

À Profa. Me. Lorena Guerini, por ter me mostrado em minha graduação o belo e árduo caminho de uma psicanálise não conservadora e de ter sido a representante direta na minha escolha de abordagem a partir de seu ensino realmente didático, potente e afetivo; por me orientar com paciência, precisão, cuidado, afeto e (re)direcionamentos necessários; e por representar a profissional que busco ser um dia, com bastante implicação e dedicação na área.

Ao Prof. Dr. Marcio José Araújo, pelo grupo de estudo com o qual minha graduação em muito se enriqueceu; por ter sido um supervisor de estágio fantástico que nos orientava com cuidado, sensibilidade clínica e precisão teórico-prática indescritíveis; por ter sido o professor que nunca invalidou nada que eu ou nenhum de meus colegas trouxemos em sala de aula e também o que me apresentou à desafiante Esquizoanálise; e por ter sido despreziosamente um dos meus maiores estímulos para eu buscar me tornar uma psicóloga implicada ético-politicamente e uma professora 100% comprometida com o ensino.

Ao Prof. Dr. Carlos Antônio Cardoso, por ter agregado ao nosso grupo de estudos ao compartilhar de forma humilde e didática os seus grandes conhecimentos nas áreas de Esquizoanálise, de Psicanálise, de Ciências da Computação; por sempre doar seu tempo para nosso aprendizado, mesmo que muito curto; e por estimular em nós, seus alunos, a buscar por outras fontes teóricas além das comuns, enriquecendo a nossa forma de estudar.

À Prof. Dra. Júlia Soares, por também ter sido uma de minhas maiores referências dentro da teoria psicanalítica, ensinando-a com bastante propriedade, com didática, paciência e cuidado, e gerando a partir disso o desejo de aprofundamento constante dentro dessa teoria.

Agradeço aos meus amigos Mariane, Gabriel, Rayssa, Polyanna, Nicolau, Willian, por serem também a minha fortaleza fora de mim e por compreenderem minhas ausências, e ao Spike e ao Tobi por representarem o puro-amor a todo e qualquer instante da minha vida.

## RESUMO

Neste trabalho, fizemos uma análise do fenômeno da violência e da repressão contra subjetividades trans. Em primeiro lugar, foi feita uma retrospectiva histórica sobre as primeiras experiências não binárias, desde a mitologia grega, passando pelas tribos ameríndias, e também pela forma como estas passaram a ser capturadas por discursos, entre eles, o médico, o psicanalítico e o filosófico. Em segundo lugar, analisamos o fenômeno da violência transfóbica, através de operadores macropolíticos, como o patriarcado, o machismo, a heterossexualidade compulsória, o cissexismo; de dados estatísticos; e também das teorias psicanalíticas freudianas e lacanianas, bem como das utilizações contemporâneas destas. E por último, abordamos a repressão nas subjetividades trans, dando visibilidade às diferentes formas como elas podem introjetar a violência transfóbica, a partir da discussão das noções psicanalíticas de moral sexual e recalque; e também a partir de relatos autobiográficos.

Palavras-chave: violência, repressão, subjetividade, transexualidade, psicanálise.

## **ABSTRACT**

In this essay, we made an analysis about the phenomenon of violence and repression against trans subjectivities. First, a historical retrospective was made of the first non-binary experiences, from Greek mythology to Amerindian tribes, and also of how these came to be captured by speeches, among them, the medical, the psychoanalytic and the philosophical. Second, we analyzed the phenomenon of transphobic violence, through macropolitical operators, such as patriarchy, sexism, compulsory heterosexuality, cissexism; and also of Freudian and Lacanian psychoanalytic theories, as well as their contemporary utilizations. Lastly, we addressed repression in trans subjectivities, the ways in which they can introject transphobic violence, based on the discussion of psychoanalytical notions of sexual morality, repression; and also from autobiographical reports.

**Keywords:** violence, repression, subjectivity, transsexuality, psychoanalysis.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 HISTÓRICO SOBRE A TRANSEXUALIDADE .....</b>	<b>11</b>
1.1 As primeiras experiências não binárias de gêneros .....	11
1.1.1 – A mitologia grega .....	12
1.1.2 – América: o bardachismo, os muxes e o gênero pré-hispânico .....	15
1.2 A origem do termo “transexualidade” .....	17
1.2.1 As experiências trans como um problema médico-jurídico .....	17
1.2.2 As experiências trans como um problema psicanalítico .....	22
1.2.3 Influências filosóficas: Michel Foucault e Judith Butler .....	27
<b>2 A VIOLÊNCIA CONTRA AS SUBJETIVIDADES TRANS .....</b>	<b>31</b>
2.1 Violência de gênero .....	32
2.2 Violência de gênero contra subjetividades trans .....	34
2.2.1 A cisheteronormatividade .....	35
2.3 As violências contra as subjetividades trans .....	37
2.3.1 Dados estatísticos .....	37
2.4 Uma análise a partir da Psicanálise .....	40
2.4.1 Contribuições a partir de Sigmund Freud .....	40
2.4.2 Contribuições a partir de Jacques Lacan .....	48
<b>3 A REPRESSÃO DAS SUBJETIVIDADES TRANS .....</b>	<b>52</b>
3.1 Moral sexual .....	52
3.2 Repressão e recalque .....	53
3.3 Repressão e violência .....	56
3.4 Repressão e subjetividades trans .....	56
3.4.1 Relatos autobiográficos .....	57
3.4.2 Depoimentos .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>68</b>

## INTRODUÇÃO

As questões de gênero vêm sendo cada vez mais discutidas ao longo desse século, graças ao avanço da luta dos movimentos sociais. Neste trabalho, optamos pelo termo *subjetividade* por se tratar de um processo singular resultado da relação dinâmica entre o sujeito e a cultura. Alguns autores que a investigam, por exemplo, Bussin (2015), a descrevem como um produto discursivo e não como uma substância ou uma essência. A subjetividade, assim, surge a partir de uma relação entre o sujeito e as práticas discursivas que fazem parte da sua cultura e de como este sujeito se posiciona diante disto.

Aqui são chamadas *subjetividades trans* as mulheres travestis e as pessoas transexuais e transgêneros. A escolha do termo subjetividade é para marcar o lugar do sujeito trans – lugar subjetivo, político, social – no mundo, ele que tem experiências, que é marcado, que significa, que luta, mas que também pode sonhar com uma profissão, uma viagem, um amor, em ler certos livros, etc. Um sujeito que é humano; que pode ser extrovertido ou introvertido, que pode ter aptidão para física ou para filosofia, matemática ou poesia, ou para tudo isso; ser mais caseiro ou gostar mais de sair; que pode ir às ruas, gritar pelos seus direitos, ou que pode estar sofrendo em silêncio; que são sujeitos que não são diferentes por serem trans, mas que são diferentes porque todos os sujeitos no mundo são diferentes entre si.

A diferença que nos chama atenção e que nos mobiliza a fazer essa pesquisa é outra, não é simplesmente pela sexualidade ou pelo gênero que estamos interessadas, mas sim pela violência que está expressa nas estatísticas: esses sujeitos, ao reivindicarem ser quem são, morrem mais. A sua simples existência parece gerar desconforto em vários setores da sociedade, incluindo a ciência, a justiça, entre outros. É cada vez mais visibilizado que estas pessoas passam em seu percurso de vida por variadas formas de violência historicamente construídas contra elas.

[...] a transexualidade é vista por muitos como uma afronta, pois a simples existência da pessoa transexual coloca em questionamento muito dos padrões há muito enraizados em uma sociedade machista e heteronormativa. É vista também, como incoerente e inaceitável que alguém negue seu sexo biológico, e no caso das mulheres transexuais surge mais um agravante, onde ela é alguém que renega o posto dominante pra assumir o posto de dominada e submissa, portanto alguém que não é digna de respeito. (RODRIGUES, 2019, p. 10)

É diante dessas questões que este trabalho buscou estudar as violências sofridas por essas pessoas, bem como a repressão como uma das formas de introjeção dessas

violências, tal como definida a partir da Psicanálise, mas também transversalizando por vezes com o conhecimento filosófico e sociológico. Traçamos uma revisão histórica sobre a transexualidade, esboçando algumas das primeiras experiências não binárias de gênero no mundo; a transformação desta enquanto um problema de estudo capturado pelo discurso médico e posteriormente pelo psicanalítico, assim como algumas contribuições filosóficas. Analisamos a violência contra subjetividades trans de um ponto de vista macropolítico, dissertando sobre o patriarcado e sobre a cisheteronormatividade como operadores sociopolíticos da violência contra essas pessoas; e de um ponto de vista micropolítico, o da sexualidade e a do inconsciente, a partir da psicanálise. Por fim, abordamos como as subjetividades trans podem internalizar essa violência via repressão a partir de relatos e depoimentos das mesmas.

## **CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO SOBRE A TRANSEXUALIDADE**

É comum analisar em determinados discursos que a transexualidade é um fenômeno contemporâneo. Sem dúvida, o respectivo termo pode ser analisado como uma invenção recente, mas as experiências de pessoas que transitam entre o que a sociedade considera como masculino e feminino já existem há milhares de anos. Afinal, como não são datadas as primeiras experiências cis, estas são presumidas como “naturais”, como as que representam o lado da “normalidade”, e nestes discursos as subjetividades trans são taxadas como aquelas que fogem às normas de binarismo de gênero e, portanto, vão ser limitadas a categorizações, a exemplo de “fenômeno transexual”.

No entanto, visando um entendimento maior acerca dessas subjetividades em todos os meios, sejam eles econômicos, sociopolíticos, mas, prioritariamente científicos, e, conseqüentemente, buscando contribuir para teorias e práticas que não compactuem com a estigmatização e a patologização que se estruturaram ao longo dos séculos contra elas, no primeiro capítulo desse trabalho serão abordadas algumas das primeiras experiências que escapam ao binarismo de gênero ao longo da história ocidental, o surgimento de todo um aparato terminológico específico para capturar e supostamente tratar dessas experiências (transexualidade), a colocação do problema sexo/gênero como problema médico-jurídico e as origens da hostilidade contra essas pessoas.

### **1.1 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS NÃO BINÁRIAS DE GÊNEROS**

As experiências trans, como aponta Ayouch (2015), bem como o interesse e a curiosidade que recaem sobre elas, existem há séculos e nos mostram como pode ser um equívoco classificá-las enquanto apenas um fenômeno próprio de uma determinada cultura ou de um certo tempo. “Ao se ter uma visão menos purista e idealizada da experiência transexual, menos calcada no binarismo tradicional e mais na observação humana, as classificações tremem” (LOPES, 2017, p. 51) e, assim, as noções se atualizam. Por isso, é importante pontuar que as experiências trans são datadas de centenas e até milhares de anos atrás, muito antes de serem captadas pelos discursos modernos e contemporâneos, assim como as cis, da mitologia grega às tribos indígenas até a sociedade tal qual a conhecemos hoje.

As variações transidentitárias não são um fenômeno novo: atravessam a mitologia greco-romana e várias culturas, dos Bardaches ameríndios aos Muxés mexicanos, passando pelos Kathoys tailandeses, os Hijras hindus, os

Mahus da Polinésia ou os Fa'afafine de Samoa. A transexualidade – anteriormente transexualismo –, porém, na sua forma ocidental contemporânea, é uma categoria nova, oriunda do encontro entre o discurso médico e o jurídico. (AYOUCH, 2015, p. 23)

Tendo em vista apontar que as subjetividades trans não podem ser colocadas dentro do espectro de “fenômeno”, tampouco referir-se à sua existência como uma surgida somente na Contemporaneidade, será elaborada uma retrospectiva histórica das primeiras experiências não binárias de gênero, dos povos da Antiguidade, passando pelos povos colonizados, até as Idades Moderna e Contemporânea; e também dos constructos teóricos em volta dessas subjetividades.

### **1.1.1 A mitologia grega**

A Grécia é considerada o berço da cultura ocidental. No Ocidente, a filosofia, a matemática, a medicina, tais quais a concebemos em nossa cultura, têm uma grande influência grega. Isto significa dizer, dentre outras coisas, que os domínios primordiais de conhecimento que tiveram grande influência na cultura ocidental tal qual ela se configura ao longo da história e atualmente, com variados desdobramentos morais, éticos e políticos no Ocidente, têm origem das produções intelectuais e artísticas da civilização grega.

Uma forma de visão de mundo característica da Grécia são os mitos. A Psicanálise, inclusive, teve nessa fonte uma de suas elaborações teóricas mais conhecidas: o Complexo de Édipo. “O centro do paradigma psicanalítico em suas vertentes teórica (recalque, supereu), clínica (resistência, transferência) e de teoria da cultura (mito totêmico, assassinato do pai primevo) é todo ele focalizado no Édipo” (LOPES, 2017, p. 48). Assim, diante desses impactos morais e teórico-científicos, não é por acaso que a análise dos mitos gregos será elaborada neste trabalho. No entanto, neste ponto, nos deteremos àqueles que tratam de experiências não binárias de gênero.

Na mitologia grega, existem histórias sobre seres humanos e semideuses que passaram por experiências de transitar entre os dois gêneros em uma mesma vida, enredos estes que desafiaram as definições sobre o que seria ser homem e o que seria ser mulher naquela sociedade. O psicanalista Lopes (2017) descreveu e analisou a história de vários desses personagens mitológicos, mostrando como a sociedade grega, há milhares de anos, já tratava de questões de gênero de maneira por vezes não “cishegemônica”, ainda que fixada em enredos falocêntricos. Dentre os mitos analisados por este psicanalista, estão o

de Tirésias e o de Ceneu, que representam respectivamente vivências de gênero não binárias involuntárias e voluntárias.

Sabe-se que em muitas sociedades antigas experiências transexuais poderiam ser vistas e tratadas de maneira negativa, mas na mitologia da sociedade grega (e também em sociedades posteriores, como veremos) essas experiências geralmente estavam relacionadas a questões de heroísmo, mágica, poder – apesar de certas histórias também colocam essa troca de vivências entre dois gêneros como punição, como é o caso de Tirésias, que vive um pouco dois lados: a punição e a profecia.

Tirésias foi o profeta cego da *Odisseia* de Homero. Ele foi um homem que viveu durante sete anos de sua vida no corpo de uma mulher contra a sua vontade, como forma de punição após assistir de modo acidental um casal de serpentes<sup>1</sup> copulando e ter interferido de forma violenta contra elas. Após a sua “reapropriação de gênero” (possibilitada por ele ter tomado uma atitude diferente diante de uma situação similar que se passou sete anos após a maldição), os deuses tiveram uma curiosidade e o indagaram para saber com qual dos dois sexos ele obteve mais prazer.

Devido a essa experiência insólita de ter conhecido os dois sexos, Tirésias foi chamado por Zeus e Hera para opinar sobre uma querela do casal. Quem goza mais no ato sexual: o homem ou a mulher? Tirésias disse que a mulher goza nove vezes mais do que o homem. Hera, ao ver assim desvelado o segredo feminino, ficou colérica e o fulminou com a cegueira. Zeus, para consolá-lo, deu-lhe a longevidade (para viver durante sete gerações) e o dom da adivinhação. (QUINET, 2018, p. 17)

Tirésias, a partir de sua experiência entre os dois gêneros, pôde ganhar uma habilidade incomum e que lhe concedeu fama e prestígio: a profecia. Tanto a dor como a potência mágica e misteriosa da experiência transexual foram os marcos da história deste profeta, apontando para a existência de uma certa curiosidade pelos sábios da época sobre as diferenças entre as experiências de gêneros.

Ceneu, por sua vez, foi um personagem do poema *Ilíada*, também do poeta da Grécia Antiga, Homero, abordado pelo poeta de poucos anos depois, Hesíodo, em seu poema *Catálogo de Mulheres*, e pelos escritores Akusilaus e Ovídio. Em um primeiro momento da vida se chamava Cenis ou Cenide, filha de um rei. Existem duas linhas de interpretação do mito de Ceneu. A primeira é a de que ela tinha caído nos encantos do

---

<sup>1</sup> As serpentes na mitologia grega indicam ser um mito ctônico, extremamente antigo e anterior ao panteão olímpico. “A cobra, acima de tudo, parece estar associada a Gaia, a Terra”, divindade primordial, em um bestiário que associa adivinhação e dupla sexualidade (Brisson, 2002, p. 144-145, apud Lopes, 2017, p. 52).

Poseidon e, aproveitando de tal situação, manifestou seu desejo de se tornar um homem que poderia ser golpeado várias vezes, mas permaneceria intacto e vivo. Porém, na segunda interpretação, a de Ovídio, existe uma outra história: na verdade, Cenis havia sido estuprada por Poseidon e ele havia concedido a ela um desejo. Ela assim pediu que ele a tornasse homem, para que nunca passasse por tamanha violência novamente. O deus cumpriu a promessa e havia somado à concessão que ele fosse um homem indestrutível. Depois, se tornara um violento guerreiro.

O psicanalista Lopes (2017) adota esta última interpretação e pontua que tal invulnerabilidade tenha um sentido não só sociopolítico, como físico e sexual. A única forma de matá-lo seria sufocando-o. O desejo de Ceneu e o seu ponto fraco são muito representativos para essa discussão. Podemos entender que há uma possibilidade de conceber Ceneu como um personagem transexual na mitologia grega – diferente da história de Tirésias, que, por sua vez, havia passado por uma experiência de transição entre gêneros de modo involuntário –, mas somente uma possibilidade, já que o material literário que poderia nos dar informações suficientes é muito escasso e o seu relato sobre si inexistente. Mesmo diante das duas interpretações, seja de uma demanda trans a partir do amor ou de uma demanda trans a partir de violência, Ceneu quis deixar de ser mulher e se tornar um homem. Poderia ter desejado outras coisas, mas foi a troca de gênero o seu desejo. Pode-se elaborar uma série de interpretações sobre o desejo de Ceneu, mas, como dito, não é ele quem fala de si. No entanto, Lopes (2017) teve uma hipótese sobre a questão.

Por que apenas Cenis pede a transformação em homem? Há algo mais no mito que poderia até indicar que, mesmo sem ser violada, Cenis, cedo ou tarde, desejaria ser Ceneu? Poderíamos justificar essa dúvida apenas pelo pouco ou nada que restou de outros mitos femininos arcaicos, invocando helenistas como Blundell (1996) e Ziogas (2013) para justificar que quase tudo que temos da Grécia Arcaica é o que sobreviveu à tradição patriarcal. Que o *Catálogo das mulheres* resulta de fragmentos de toda uma extensa tradição feminina, oposta àquela patriarcal representada por Homero, que foi aos poucos sendo destruída pela censura dos homens através dos séculos. (LOPES, 2017, p. 57-58)

Por que a importância de trazer essas histórias mitológicas dentro de uma análise do histórico da transexualidade, por mais que ambos os personagens não possam ser considerados subjetividades trans propriamente como elas se concebem hoje? É justamente para mostrar que a possibilidade de transição entre gêneros, isto é, de uma não fixidez de gênero, por exemplo o binarismo de gênero, não é questão que suscita curiosidade apenas na época contemporânea. Ou seja, tanto esta transição como o

interesse por esta já estão alocados no mundo há milhares de anos. Além disso, apontar também para a existência de um sistema patriarcal já consolidado na sociedade grega daquela época e com grandes influências para a estrutura da sociedade atual.

Portanto, é no mínimo um equívoco tratar questões que transcendem o binarismo de gênero como um fenômeno recente, como uma invenção da ciência contemporânea, como uma moda dos séculos XX e XXI. As subjetividades trans transcendem os discursos que as capturam ao longo das mudanças econômicas, religiosas, políticas e sociais, ao longo do tempo, porque, como essa pesquisa também procura alertar, elas são tão características da diversidade humana quanto as subjetividades cis.

### **1.1.2 América: o bardachismo, os muxes e o gênero pré-hispânico**

Na América do Norte e no México, foram vistas experiências trans em determinadas tribos ameríndias, dentre elas os povos indígenas Navajos, Pimas, e Mazatecos, e a essas experiências foi dado o nome de bardachismo. Segundo a antropóloga Lagarde (2012), os bardaches ou berdaches eram aqueles que transitavam pelas características atribuídas a cada gênero, e, em suas culturas, eram considerados por isso seres poderosos, mágicos. A autora define como “um caso de bardachismo”, assim, quando a pessoa se atribui um conjunto de características que são, em sua comunidade, designadas ao outro gênero. Segundo Alves (2013), os bardaches eram ameríndios que ocupavam a posição de terceiro sexo dentro da sociedade a qual pertenciam.

Para esta pesquisa, o conhecimento sobre o bardachismo, ainda que muito escasso no Brasil e no mundo, é enriquecedor, na medida em que contribui de duas maneiras para as possíveis visões sobre a transexualidade: (1) descontrói a noção típica da cultura ocidental de que só se é homem ou mulher a partir da diferença do aparelho reprodutor com que o sujeito nasce; (2) aponta que existem possibilidades de interpretar e de se colocar diante das experiências não binárias de gênero que não envolvam violência, pelo contrário, vendo-as como potências, até mágicas, sobrenaturais.

No México, especificamente na cidade de Juchitán, o sociólogo Alfredo Mirandé em seu livro *Behind the Mask: Gender Hybridity in a Zapotec Community* (Atrás da Máscara: Híbridez de Gênero em uma Comunidade Zapoteca) cita o caso de certos indígenas da tribo na cidade mexicana de Juchitán que abertamente se vestiam de mulher e viviam dentro dos papéis sociais tradicionais das indígenas. Eles levavam o nome de muxes e também são interpretados como “um terceiro gênero”. Ao apontar pela invisibilização dos muxes em vários setores de conhecimento no México, Mirandé (2012)

ressalta o fato de como as questões postas a partir dessa categoria de um terceiro gênero, baseada no estilo de vida dos muxes, promovem uma verdadeira analítica da prevalência e da hegemonia do modelo homofóbico sobre sexualidade e gênero no pensamento conservador mexicano, influenciado pelo modelo de pensamento do Ocidente.

Na América Latina, algumas tribos indígenas tinham como parte de seus cultos de fertilidade mudanças simuladas de sexo, dentre elas o *crossdressing*. A colonização europeia, em nome do cristianismo e da produtividade pré-capitalista, tratou de estabelecer uma nova ordem, onde essas identidades indígenas passaram a ser hostilmente reprimidas. O artista e pesquisador peruano na área do travestismo, Giuseppe Campuzano (2008), realizou uma pesquisa histórica pautada na recuperação das histórias travestis, ou como ele coloca, procurou traçar a história pré-hispânica das travestis no Peru. Aquilo que o autor pontua como gênero pré-hispânico, que não se pautava em princípios binários para as suas respectivas performances de gênero, foi violentamente banido pelos colonizadores espanhóis. “Ao revisitar as tradições pré-hispânicas que mostram a existência de gêneros intermediários, percebemos como fomos forçados a nos adequar aos binários de gêneros coloniais” (CAMPUZANO, 2008, p. 88). Podemos constatar tal fala a partir de um trecho das *Ordenanzas de los Indios* criadas pelo juiz Gregório Gonzales de Cuenca em 1556.

Se um índio se vestir com roupas indígenas femininas ou uma índia se vestir com roupas indígenas masculinas, o... prefeito deve prendê-los. Na primeira vez, devem receber 100 chibatadas e ter o cabelo cortado em público. Na segunda vez, devem ser amarrados durante seis horas à vista de todos num poste no mercado. Na terceira vez, devem ser enviados para o xerife do vale ou entregues ao prefeito de Villa de Santiago de Miraflores, para que lhes seja aplicada a justiça em conformidade com a lei. (CUENCA apud CAMPUZANO, 2008, p. 81)

Então, antes da chegada dos espanhóis, isto é, “na época pré-hispânica, os gêneros não estavam limitados somente ao masculino e feminino” (CAMPUZANO, 2008, p. 82) em certas tribos indígenas do Peru. Dentre as tribos indígenas dessas épocas em que podíamos encontrar as manifestações do gênero pré-hispânico estão os aimarás andinos e os yungas, ambas manifestavam em seus cultos rituais não-binários, principalmente focados no travestismo, uma alternância entre os papéis de gênero. Mas, com a colonização espanhola, a partir de sua visão teocêntrica e falocêntrica, como aponta o autor, os elementos da cultura pré-hispânica foram explorados e destruídos por meio de violência. Toda manifestação cultural das identidades indígenas que não estivesse

adequada aos princípios de pensamento binário era não só vista como depravação/pecado, como imediatamente eram punidas de forma severa pelos colonizadores espanhóis, que agiam baseados na lógica cristã.

Pode-se começar a pensar que uma das principais origens da violência contra as identidades não-binárias de gênero, na América Latina, parte de herança do pensamento colonizador. “As travestis peruanas não estão nisso sozinhas: as identidades indígenas transgêneras existiam em todas as culturas, espaços e épocas do mundo e foram reprimidas e injuriadas pelos cristianismos coloniais” (CAMPUZANO, 2008, p. 88). Entende-se, assim, que a divisão binária de gêneros é uma das heranças do pensamento colonial e está presente nos modos de subjetivação da sociedade ocidental como um todo, seja na manutenção desse pensamento ou na refutação do mesmo.

Quando se toma conhecimento da existência de uma hegemonia de pensamento (e de consequente forma de normatização dos modos de subjetivação), torna-se possível articular tal conhecimento também com a existência de um verdadeiro mundo de multiplicidades, que aponta justamente para uma construção sociopolítica de uma narrativa que é na verdade recortada deste mundo, isto é, é uma narrativa construída e não equivalente a uma verdade sobre o que é ser normal ou não. Desta maneira, torna-se possível a criação de outros modos de conhecimento, de novos recortes, de novas narrativas, desconstruindo a ideia da existência de um “universal” no que tange as subjetividades.

## **1.2 A ORIGEM DO TERMO “TRANSEXUALIDADE”**

As experiências transexuais ao longo dos séculos mostram que o surgimento do termo *transexualidade* é que se dá na Contemporaneidade, mas estes sujeitos que nas vivências a partir de seus corpos e suas singularidades habitam o limite entre o que pode ser considerado feminino e/ou masculino existem há milhares de anos. Nesta parte do trabalho, tentaremos cartografar algumas produções de conhecimento acerca do gênero, especificamente, da transexualidade.

### **1.2.1 As experiências trans como um problema médico-jurídico**

No século XIX houve uma transformação na forma ocidental de entendimento do mundo, a partir do processo de legitimação da ciência, incluindo a Medicina e um de seus grandes braços, a Psiquiatria. Dentre as curiosidades científicas sobre a natureza das coisas e das pessoas, o sexo e o gênero se tornaram dois campos com grandes *produções*

*de conhecimento*, principalmente no que tange das áreas biológicas e da saúde. Aqui, frisamos o termo produção de conhecimento, porque se trata justamente de uma formulação, de uma construção, que estarão imbricadas sem dúvidas com o contexto cultural da qual emergem. “Retomando historicamente a constituição do discurso científico sobre o sexo, podemos perceber como a norma heterossexual e reprodutiva culminou na constituição do saber psiquiátrico do século XIX” (ARÁN; LIONÇO; MURTA, 2009, p. 1143). Isso significa dizer que a construção do saber científico não o é sem influências daquilo que advém da estrutura social, ou seja, não está totalmente separada de questões morais da sociedade.

Dito isso, com o avanço dos estudos biológicos e genéticos ao longo dos séculos passados, a partir dos séculos XIX e XX, os médicos passaram o seu foco de investigação, dentre outras coisas, para a sexualidade e o gênero, tratando-os a partir de suas distinções daquilo que seria próprio do masculino e do feminino, e também estudando as pessoas que contrariavam estas diferenciações. A Medicina, então, a partir dos séculos XIX e XX, tratou de tomar as vivências sexuais e de gênero como um problema que estivesse dentro de seu controle.

Em 1896, o médico e sexólogo britânico, Henry Havelock Ellis (1859-1939), trata pela primeira vez em termos médicos sobre a homossexualidade, em seu livro *Inversão Sexual*, influenciado pelos estudos de médicos que o antecederam, como Jean Étienne Esquirol e Richard von Krafft-Ebing<sup>2</sup>. Neste livro, ele escreve sobre a biologia do sexo, os desvios sexuais, e coloca a homossexualidade dentro de um prisma de inversão sexual. Por conseguinte, na construção do conhecimento médico da época, a noção de inversão sexual passou a proceder não só a homossexualidade como também a transexualidade, de acordo com Ayouch (2015). O autor sinaliza, ainda, que quatorze anos depois, em 1910, surge pela primeira vez o termo *homossexualismo*, elaborado pelo médico e sexólogo alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935), cuja posição política era de defesa dos direitos das pessoas homossexuais. Segundo Sigusch (2012), ele é considerado o mentor do primeiro movimento homossexual alemão, da *Weltliga für Sexualreform* (Liga Mundial para Reforma Sexual), e foi o fundador do primeiro instituto de sexologia do mundo.

---

<sup>2</sup> “[...] Autores que se debruçam sobre o tema ressaltam que se deve a Jean Étienne Esquirol (1772-1840) o primeiro registro de um caso de transexualidade, e a Richard von Krafft-Ebing (1840-1902) o estabelecimento de uma escala de inversões sexuais que vai do ‘hermafroditismo psicosssexual’ à metamorfose sexual paranoica” (POLLO, 2016, p. 177).

Na década de 1950, os termos *transexualismo* e *fenômeno transexual* são criados pelo endocrinologista e sexólogo alemão Harry Benjamin (1885-1986), o que tornou as experiências trans alvo de muitas publicações. “Para ele, o sexo é composto por diversos componentes, de modo que a etiologia do transexualismo e a origem do desejo de mudar o sexo ultrapassariam os aspectos psicológicos, podendo estar associadas a uma causa biológica – genética ou endócrina” (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009, p. 1143). Em uma contrapartida, cinco anos depois, o psicopediatra e psicólogo John Money (1921-2006) também publica sobre a questão, mas focando na diferença sexual afastada de uma visão naturalista e compreendendo-a a partir da influência cultural no desenvolvimento do sujeito. Segundo Arán (2006), John Money promoveu uma desassociação entre o sexo biológico e a identidade de gênero, assinalando que a transexualidade se trataria da impossibilidade de congruência entre os dois.

Para a socióloga Berenice Bento (2006), as cartografias médicas representam o início da construção do *dispositivo da transexualidade*. “A articulação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras dos corpos [...] [possibilitou] produzir um conhecimento voltado à transexualidade e para discutir os mecanismos de construção do diagnóstico” (BENTO, 2006, p. 40). Este dispositivo é articulado a partir tanto da teoria como da prática médica que criam um efeito regulador sob corpos transexuais, travestis e homossexuais.

A partir dessas categorizações iniciais, de acordo com Ayouch (2015), protocolos começaram a ser elaborados para possibilitar a construção de diagnósticos que constatassem que as pessoas inscritas nos programas de transexualização não eram na verdade homossexuais, travestis, travestistas ou fetichistas. “Ao mesmo tempo em que se produz o saber científico, são propostos modelos apropriados para o tratamento” (BENTO, 2006, p. 40). As primeiras cirurgias de transgenitalização começam a acontecer na segunda década do século XX na Alemanha e na Dinamarca, segundo Arán (2006), mas foi somente em 1952 que o procedimento se tornou público, cujo paciente foi o ex-soldado norte-americano George Jorgensen, e feito pelo endocrinologista dinamarquês Christian Hamburger.

Em 1980, o termo *Disforia de gênero ou Transtorno de Identidade de Gênero* é criado e publicado pelo quarto Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (ou DSM-IV, sigla em inglês), organizado pela Associação Psiquiátrica Americana, para se referir à transexualidade. Porém, houve uma atualização em sua quinta edição e estes termos deixaram de existir dentro do manual.

Até o dia 20 de maio de 2019 pessoas eram diagnosticadas como sendo portadoras de transtorno mental através da categoria *transexualismo* pelo Código Internacional de Doenças 10 (CID-10), organizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). “Pela nova edição da CID, a transexualidade sai, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais (capítulo 5) para integrar o de ‘condições relacionadas à saúde sexual’ e é classificada como ‘incongruência de gênero’. Cada país terá até 1º de janeiro de 2022 para se adaptar à nova CID da Organização Mundial da Saúde” (SAÚDE POPULAR, 2019). Ou seja, somente na décima primeira edição do CID, publicada em 2019, é que a associação da transexualidade à patologia se torna coisa do passado.

No entanto, ainda haverá três anos para que cada país se atualize. Inclusive, o Brasil, onde seus conselhos de medicina, apesar de discussões mais abertas sobre o tema, têm seu representante nacional no Conselho Federal de Medicina (CFM), que, segundo Ferreira et al. (2019, p. 6), “através da Resolução CFM nº 1.955/2010 considera “o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual”, podendo assim realizar cirurgias de transgenitalização, alegando caráter terapêutico”. Enquanto a homossexualidade deixou de ser considerada uma patologia nos anos 70, a transexualidade demorou quase 40 anos para ser retirada *teoricamente* deste rol.

Ao longo de todo o século XX e até então no século XXI, “a apropriação [do] fenômeno [trans] pela medicina, através da proposição de tratamentos, deu origem a um problema médico-legal, já que esse tipo de intervenção médica não era permitido em todos os países e estava gerando pedido de redefinição do sexo civil” (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009, p. 1144). O meio jurídico, por esse motivo, integra o sistema regulador da transexualidade. É partir das convenções hegemônicas sobre o modelo de gênero da época, que a Medicina, aliada ao poder jurídico, produz uma série de constatações e de modelos sobre as experiências trans, criando uma verdadeira gramática em torno do que deveria se esperar das pessoas transgêneros. “Nesta gramática, *gêneros* inteligíveis são aqueles que mantêm uma continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, por intermédio dos quais a identidade é reconhecida e adquire um efeito de substância” (ARÁN, 2006, p. 50). A criação dessa gramática também fez legitimar o controle sobre as subjetividades trans. “Embora a transexualidade já fosse um fenômeno reconhecido desde o final do século XIX, as discussões em torno da temática tiveram início apenas a partir da possibilidade de intervenção médica sobre esses casos” (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009, p. 1144), sinalizando o poder médico-jurídico sobre as experiências de vida das pessoas trans.

É a partir desse processo de associação entre o diagnóstico e a intervenção médicos com o martelo jurídico, baseada no que diversos autores intitulam como “matriz binária heterossexual”, que a transexualidade passa a se tornar um problema médico-jurídico. “O “transexualismo”<sup>[3]</sup> aparece como invenção institucional médico-jurídica do século XX que conseguiu policiar as identificações de gênero consideradas como desviantes, ao referi-las ao binarismo do sistema sexo-gênero” (AYOUCH, 2016, p. 04). Eles utilizam a subjetividade cisheterossexual como modelo de referência – do qual, portanto, a transexualidade desvia e por isso necessita de adequação por meio de intervenção de seus campos.

Nota-se que o que define o diagnóstico de transexualismo é uma concepção normativa dos sistemas de sexo-gênero, fundamentados numa matriz binária heterossexual que se converte em um sistema regulador de sexualidade e da subjetividade. Assim, por contrariar a coerência essencial entre sexo biológicos e gênero, não se encaixando em nenhum dos modelos propostos de identidade sexual em conformidade com as práticas discursivas do século XIX, observamos que restou exclusivamente à transexualidade ocupar o espaço que foi aberto pela psiquiatrização da homossexualidade: o de uma patologia da identidade sexual (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009, p. 1142-1143).

O lugar de doença é o lugar por muitas vezes ocupado pelas pessoas trans dentro desses saberes, o que acaba servindo por vezes às normatizações sociais. Porém, ainda existiram médicos pesquisadores que tentaram empreender um contramovimento a esse modelo, influenciados por outras áreas de conhecimento, como a sociologia, a antropologia e a psicologia. Estes médicos acreditavam ser equivocado o absolutismo da divisão entre o que seria masculino e feminino, bem como julgavam inadequado determinar o sexo de uma pessoa baseado somente em diferenças anatômicas. Já não é mais somente os estudos sobre genética que influenciam esses profissionais, o estudo sobre as culturas também é determinante para essa nova visão. Eles “promoveram a separação conceitual entre sexo (biológico) e gênero (social)” (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009, p. 43), como John Money e Robert Stoller (sobre o qual falaremos a seguir).

O que procuro sinalizar, a partir de toda essa problemática, é a ascendência que tomam os estigmas de “doença”, “inadequado”, “anormal”, do conhecimento médico-

---

<sup>3</sup> O termo *transexualismo* foi e ainda é usado por setores médicos como o diagnóstico de uma doença, de uma patologia. Nós não utilizaremos esse termo em nosso trabalho, por tudo o que aqui já explanamos, e ele só será trazido como forma de citação literal de outros autores. Especificamente, nessa citação, o autor abre aspas, no mesmo sentido em que o nosso, para dizer que este termo pertence a outros tipos de empreendimentos que não aqueles que intentamos construir.

jurídico para o social, tanto nos que compartilham da visão patologizante como dos que fazem resistência a ela. A violência contra estas subjetividades também é encontrada na ciência, na medida em que “a patologização das identidades trans (travestis, transexuais e transgêneros) fortalece estigmas, fomenta posturas discriminatórias e contribui para a marginalização das pessoas” (FERREIRA et al., 2019, p. 6). A Medicina criou a gramática sobre as experiências trans, as reuniu dentro do termo *transexualismo*, mas o termo *transexualidade* surgiu a partir dos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento e pelos direitos das pessoas trans.

### 1.2.2 As experiências trans como um problema psicanalítico

As experiências trans também levantaram curiosidade no campo psicanalítico. Sigmund Freud (1856-1939) e Jacques Lacan (1901-1981) formularam a questão da diferença sexual, que aqui pode nos ajudar a pensar as experiências trans. Dentro dos referenciais da época e do que empreenderam a partir deles, Freud tratou da relação da diferença sexual com a percepção da imagem corporal (a sua e a do outro). Lacan, por sua vez, relacionou a questão da diferença sexual com a identificação<sup>4</sup> ao ideal do sexo, como podemos ver na passagem a seguir.

a versão freudiana da diferença sexual tende a privilegiar a percepção da imagem corporal, primeiro ponto de ancoragem, a partir do qual toda diferença será significada: “ela viu, sabe que não o tem e quer tê-lo” (Freud, 1925/1996c, p. 281), frase que bem expressa a importância da visão do outro corpo, condição necessária para significar o seu próprio enquanto diferença. Já a versão lacaniana dará muito mais ênfase ao plano da identificação, em especial, à identificação com o ideal do sexo, de onde são forjadas as posições masculinas e femininas: “a etapa da identificação se trata de o menino se identificar com o pai como possuidor do pênis e da menina reconhecer o homem como aquele que o possui” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 203). (MARTINS; POLI, 20

Freud não trabalhou propriamente com categoria a transexualidade. Ele analisou o caso Schreber<sup>5</sup> em 1911, mas não o compreendeu como uma pessoa transexual, mas que o desejo feminino dele se tratava somente de um de seus delírios. Freud (1911)

---

<sup>4</sup> De acordo com Lacan, “a identificação sexual não consiste em alguém se acreditar homem ou mulher, mas levar em conta que existem mulheres para os meninos, e que existem homens, para as meninas” (Lacan, 1971, p.33), ou seja, levar em conta a diferença. Em outras palavras, a identificação sexual concerne àquilo que constitui, para cada sujeito, a alteridade; algo apartado de si” (KOSOVSKI, 2016, p. 138)

<sup>5</sup> Daniel Paul Schreber (1842-1911) foi um jurista alemão, conhecido por relatar a sua experiência psicótica, compartilhando seus delírios em sua livro *Memórias de um doente do nervos*, publicada em 1903.

interpreta o caso com se a experiência trans de Schreber fosse um deslocamento de, na verdade, um desejo homossexual pelo pai na infância e posteriormente por seu médico, Flechsig, e isto faria parte adoecimento psíquico de Schreber. O desejo do jurista em transformar-se em mulher se tratava para Freud (1911) de uma fantasia. A interpretação freudiana deu margem para uma série de outras interpretações que enfraquecem a legitimidade do que o sujeito trans fala sobre si, como é o caso do livro *Transsexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência* publicado em 2018 pelos psicanalistas Marco Antônio Coutinho Jorge e Travassos.

Neste livro, os autores colocam em questão a importância de indagar as questões em torno das experiências trans na medida em que mudanças irreversíveis podem ser consideradas, como é o caso do processo transexualizador. Apesar de não considerarem a transexualidade em termos de patologia, Jorge e Travassos (2018) exprimem pensamentos considerados delicados e polêmicos, que parecem desautorizar o sujeito trans diante de sua própria identidade, diante do que ele tem a dizer de si próprio. Podemos identificar tal desautorização no trecho abaixo.

A transexualidade tem uma característica bastante peculiar que a leva a ser considerada um fenômeno social: é marcada pelo autodiagnóstico e a prescrição terapêutica, ou seja, o sujeito se autoidentifica numa determinada descrição – que viu surgir na mídia ou ouviu alguém falar – e se dirige ao médico pedindo a “correção” que lhe informaram ser cabível. [...] Ainda que o dr. Google permita a todos fazerem autodiagnósticos e autoprescrições, a medicina preserva seu domínio de saber em relação à grande maioria das patologias. As pessoas transexuais costumam se insurgir contra as classificações diagnósticas “transexualismo” e “disforia de gênero”, as quais consideram, com razão, patologizantes, pois a palavra “diagnóstico” (do grego *diagnostikós*, “capaz de discernir”) tem sido sempre relacionada primordialmente ao discurso médico, ainda que não seja exclusividade dele. Contudo, para a psicanálise, o diagnóstico não pode nem deve ser considerado exclusivamente pela ótica médica de nomeação das patologias, visto que muitas vezes ele apresenta características de um verdadeiro sintoma social. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 57-58)

Podemos identificar a desautorização e desapropriação do protagonismo do sujeito trans em relação à sua própria experiência neste trecho.

Lacan, por sua vez, tratou brevemente do assunto e também foi responsável por levantar certas polêmicas tanto no meio psicanalítico como dos movimentos sociais, incluindo os movimentos de resistência trans. Isso aconteceu porque, em algumas publicações, o psicanalista francês faz relações entre a transexualidade e a psicose, principalmente ao analisar o caso Schreber, interpretado por Freud anos antes. Alguns analistas entendem que, na verdade, houve um equívoco interpretativo sobre o que o

psicanalista francês quis analisar. Como é o caso do que diz a professora Giselle Kosovski no trecho abaixo.

Lidas em associação às reflexões freudianas acerca das psicoses – sobretudo a partir dos relatos de Schreber em sua transformação na mulher de Deus – e interpretadas fora do contexto em que Lacan tece seus comentários, tais observações deram origem a uma leitura equivocada que alinhou a transmulher necessariamente ao mecanismo da forclusão e das psicoses. [...] nossa hipótese é que, na ocasião em que Lacan estabelece uma interrelação entre o transexual e o mecanismo da forclusão, ele não está se referindo aos transexuais e sim àquilo que Stoller considera fundamental para o recorte do diagnóstico de transexualidade típica: a simbiose mãe-filho. Entendemos que a observação de Lacan, lida fora do contexto de sua interlocução com Stoller, deu e continua a dar margem a uma série de imprecisões que desembocam em construções teóricas que situam, necessariamente, a transexualidade no homem do lado das psicoses. (KOSOVSKI, 2016, p. 133).

Para ela, Lacan não defendia, então, que todo sujeito trans seja psicótico. No entanto, outras interpretações entendem que essa associação é de fato construída pela psicanalista francês. O psicanalista Thamy Ayouch (2015) entende que é Lacan quem inaugura a abordagem que entende o sujeito trans como um transgressor da Lei simbólica e, portanto, ele é necessariamente psicótico ou perverso. Na seguinte passagem, podem ver essa interpretação que vai de encontro à de Kosovski (2016), onde ele afirma que Lacan destaca como simbólica e mediada pelo falo a diferença entre os sexos.

[...] destaca a diferença entre os sexos como simbólica, relacionais, e mediada pelo falo, constitutivo, com o gozo, das fórmulas lacanianas de sexuação. Consequentemente, a demanda de mudança de sexo revelaria um erro comum confundir o órgão (o pênis) e o significante (o falo), e recorrer, no Real, à cirurgia. Sendo um psicótico, o *transexualista* deve ser dissuadido de seu delírio, como mostra Lacan em entrevistas com pacientes trans. (AYOUCHE, 2015, p. 26)

Assim, as experiências trans se viram tomadas enquanto um problema também psicanalítico. Tanto Freud como Lacan forjam um terreno teórico-prático, em meio uma série de questões polêmicas, para que os analistas posteriores, a partir dos avanços nas discussões sobre as experiências trans ao longo da segunda metade do século XX, pudessem produzir conhecimento sobre estas.

Robert Stoller (1924-1991) foi um psiquiatra e psicanalista estadunidense, considerado o primeiro analista a estudar a transexualidade de forma aprofundada. Em 1968, criou o conceito de *núcleo de identidade de gênero* em seu livro *Sex and Gender: the Transsexual Experiment* e, segundo Ayouch (2015), inaugurou a linha freudiana de teorização do transexualismo. “O trabalho de Stoller nos oferece sobretudo a descrição

de uma experiência (que poderia ser interpretada de outra forma), e não propriamente a fundamentação de uma desordem” (ARÁN, 2006, p. 54). Isto fica claro no seguinte trecho.

De acordo com este ponto de vista, a definição de transexualismo se baseia em três principais aspectos: 1) um sentimento de identidade permanente — crença (no caso do transexualismo masculino) numa essência feminina sem ambigüidades (diferentemente do transvestismo, por exemplo); 2) uma relação com o pênis vivida “como horror” (não existindo nenhuma forma de investimento libidinal); e 3) uma especificidade na relação com a mãe (que o autor chama de “simbiose”). Considerando, no entanto, que a capacidade de integração social destas pessoas permanece intacta, Stoller ressalta que esta relação originária não pode ser considerada psicotizante. Apesar da referência ao transexualismo como uma “desordem” ou “patologia” e da enorme influência das teorias da diferença sexual dos séculos XVIII e XIX em sua definição de gênero. (ARÁN, 2006, p. 53-54)

Stoller, como podemos ver, faz uma série de categorizações sobre o que seria a experiência trans, a dividindo em etapas. A “corrente stoleriana-freudiana define as etapas de acesso à redesignação de gênero em função de garantias de restauração da conformidade de gênero” (AYOUCH, 2015, p. 25). Podemos compreender, então, que por mais que ele retire a transexualidade do campo da psicose, Stoller a entende como uma patologia que precisa de intervenção da Medicina.

A psicanalista Collete Chiland (1928-2016) é influenciada pelo pensamento stoleriano e também compreende a transexualidade a partir de um prisma patológico, não só a partir da teoria médica como da psicanalítica. Segundo Ayouch (2015), Chiland entende que os sujeitos trans são na verdade sujeitos que devem ser diagnosticados como pertencentes aos estados-limite, que sofrem de uma doença do narcisismo, já que para ela a diferença sexual não pode ser refutada. Ela defende a existência de uma bússola do sexo. “A bússola do sexo quer dizer que existem machos e fêmeas, e que a diferença entre os sexos não pode nem deve ser refutada” (CHILAND apud AYOUCHE, 2015, 26). Para esta autora, os sujeitos trans são sujeitos psicóticos.

No entanto, alguns psicanalistas contemporâneos criticam a psicotização das subjetividades trans. Entre eles, estão Márcia Arán, Patrícia Porchat, Thamy Ayouch, entre outros.

Márcia Arán foi uma psicóloga e psicanalista brasileira, professora adjunta do Instituto de Medicina da UERJ, que tem vastas publicações no campo da diferença sexual, do gênero e da transexualidade. Para ela, a clínica da transexualidade envolve o acolhimento do que trazem as pessoas trans dentro do *setting* analítico e precisa ter

cuidado com a imposição do diagnóstico psiquiátrico baseado na norma sexo-gênero. Sobre a questão, a psicanalista afirma que:

Não podemos estabelecer *a priori* que os transexuais padeçam de uma patologia ou sejam, necessariamente, por uma questão de estrutura, psicóticos. A clínica psicanalítica nos ensina que, antes de tudo, devemos escutar e basicamente tentar acolher as diversas manifestações das subjetividades. Sabemos muito bem que estamos num território movediço, bastante complexo, e que não devemos ceder de imediato ao apelo do imperativo tecnológico e científico que pretende capturar e modelar os corpos. (ARÁN, 2009, p. 668)

Então, para essa autora a transexualidade, dentro da psicanálise, não deve ser patologizada ou colocada necessariamente ao lado da psicose. Isto coube aos dispositivos médicos, jurídicos e sociais. Cabe à Psicanálise, para Arán (2009), então, romper com essas fronteiras do simbólico, que são demasiado rígidas, para que a transexualidade possa ser tida como um caminho subjetivo viável dentro do mundo da sexuação.

Patrícia Porchat é uma psicanalista brasileira, professora de Psicologia da UNESP, que estuda e tem publicações sobre as identidades não binárias e a transexualidade. Ela defende que o psicólogo e o psicanalista, no que tange à concepção do sujeito, precisam a partir de suas teorias se deslocar de suas visões comuns de mundo, morais e/ou religiosas, para que seja possível se desvincular de uma lógica de adaptação do sujeito. Entende também que patologizar as experiências não binárias de gênero, seja por uma via psiquiátrica ou psicanalítica, representa um perigo: o de criação de um campo do ideal de sexo e de gênero. Além disso, especificamente em relação à Psicanálise, Porchat (2013) pontua que considerar o Complexo de Édipo como única forma de compreensão da construção de gênero pode ser arriscado, na medida em que tal posicionamento restringe demasiadamente as possibilidades dos destinos identificatórios e o discurso da psicanálise pode acabar sendo conivente com as práticas preconceituosas.

Thamy Ayouch é um psicólogo e psicanalista marroquino, professor da Universidade Lille 3 e professor visitante estrangeiro da Universidade de São Paulo. Ele elaborou a ideia de uma clínica psicanalítica da pós-transexualidade, ou seja, uma clínica que escuta o sujeito trans a partir de suas possibilidades plurais de identificação e não de uma ordem social e médica, ajudando-o a se situar diante do seu desejo. Para o autor, não existe *a experiência transexual*, existem *as experiências transexuais*. Sustenta, ainda, uma crítica aos psicanalistas que respeitam mais à ordem social e médica do que a escuta da demanda do analisando.

Uma psicanálise da pós-transexualidade precisa, portanto, questionar as categorias identitárias do próprio pensamento analítico. Quando se fecha à evolução da clínica e da história, a teorização passa a ser um processo autoerótico do núcleo pulsional do(a) teorizador(a). O que permite evitar esse narcisismo seria então uma intersubjetividade da teoria, garantida pela transferência, pela abertura da teoria às mudanças sociais, e pela frequência de outras disciplinas e teorias. (AYOUCH, 2015, p. 29)

A discussão nesse tópico chama atenção para o fato de que, assim como os saberes e as intervenções médico-jurídicos podem contribuir para a institucionalização da violência contra pessoas trans, o saber e a prática analíticos também o podem. O lugar de impossibilidade, o lugar de psicose, são lugares que muitos psicanalistas reservam aos sujeitos trans antes de ouvir a verdade que realmente importa para a Psicanálise, que é a verdade do sujeito. “O risco é o apagamento da singularidade, na medida em que se deixa de escutar o específico de cada pessoa trans” (PORCHAT, 2013, p. 200). Desse modo, torna-se fundamental que aqueles que tomam a psicanálise como campo de atuação compreendam o seu papel e se questionem de que lado a sua clínica está posicionada, o do sujeito ou o da norma social/médica.

### **1.2.3 Influências filosóficas: Michel Foucault e Judith Butler**

A filosofia também tratou de investigar a tomada da sexualidade pelo saber médico/científico.

Michel Foucault (1926-1984), filósofo e historiador francês, entendia a necessidade desta tomada como um fenômeno atrelado ao poder e ao controle. “Seus interesses eram voltados para o entendimento da sexualidade como ferramenta social” (OLIVEIRA, 2020, p. 02). Para isso ele analisa os discursos que capturam a sexualidade.

Foi a partir da censura<sup>6</sup> concernente às questões sobre sexualidade, concebida entre a partir do século XVI pela sociedade burguesa – esta que, por sua vez, legitimava tal censura em nome da família, reservando à sexualidade um lugar secreto, silencioso, e ao sexo a partir de metas reprodutivas –, que uma incitação à repressão<sup>7</sup> em torno da sexualidade começou a se fixar dentro da sociedade ocidental. Mas a repressão para Foucault (1988), de fato, não existe; o interesse sobre a sexualidade há centenas de anos

---

<sup>6</sup> Em História da Sexualidade I: a vontade de saber (FOUCAULT, 1988).

<sup>7</sup> “Este momento se caracteriza como a fase de fortes repressões sexuais, no entanto, em sua fala, Foucault contesta a ideia de repressão com sua constatação de que nunca se falou tanto sobre sexualidade que na modernidade. Ainda que houvesse nisso, a intencionalidade do controle e de poder” (OLIVEIRA, 2020, p. 03).

desconstrói essa ideia. “Para Foucault não havia uma repressão e sim um meio para se controlar os indivíduos através da sexualidade” (OLIVEIRA, 2020, p. 04).

É a partir do século XIX, que acontece um giro que retira a sexualidade do mundo da obscuridade, da repressão. Abreu (2020) aponta para o fato de que Foucault discutiu como o sexo toma um outro lugar diante da proliferação de discursos sobre a sexualidade na modernidade, o que se tornou um terreno fértil para a construção de uma ciência da sexualidade.

A partir do século XIX entram em atividade, para suscitar os discursos sobre o sexo, a medicina, a psiquiatria e também a justiça penal. O sexo se torna algo que se deva dizer e algo que se deve dizer exaustivamente, segundo dispositivos discursivos diversos – dele nunca se fala o suficiente – aparelhos inventados para dele falar, para fazê-lo falar, para obter que fale de si mesmo, para escutar, para registrar, transcrever e redistribuir o que dele se diz.<sup>7</sup> “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo”. (ABREU, 2020, p. 147)

Foucault (1988) então cria o termo *dispositivo da sexualidade*. Segundo Abreu (2020, p. 146), é “uma rede de saberes e de poderes obcecados em extrair a verdade do sujeito na sexualidade”. Este dispositivo intenta capturar as sensações, as impressões, os prazeres, as produções e o consumo do corpo, a partir de suas estratégias de poder, entre elas a articulação com as instituições familiares (por meio da religião, da pedagogia, da socialização das condutas de procriação) e médico-jurídicas (por meio da histerização do corpo da mulher, da psiquiatrização do prazer perverso).

Não devemos enganar-nos: sob a grande série das oposições binárias (corpo-alma, carne-espírito, instinto-razão, pulsões-consciência) que pareciam referir o sexo a uma pura mecânica sem razão, o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de "conquista"; mas sobretudo colocar-nos, inteiros — nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história — sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo. Uma vez que se trate de saber quem somos nós, é ela, doravante, que nos serve de chave universal. (FOUCAULT, 1988, p. 75)

Até mesmo o conhecimento que temos sobre nós mesmos começa a passar por esses discursos. “O que fica claro, portanto, da análise de Foucault é que o sexo, através dos discursos científicos assume um papel privilegiado para a determinação da verdade do sujeito, a sua identidade” (ABREU, 2020, p. 147). O dispositivo da sexualidade, assim, buscou transformar o corpo em objeto de saber com a intenção de ter um controle cada vez maior sobre o indivíduo e a população.

Judith Butler (1956-atual) é uma filósofa estadunidense, que tem vastas publicações na área de gênero. O seu livro *Problemas de Gênero* (1990) está entre um dos mais conhecidos, onde ela faz críticas aos conceitos feministas de identidade e à categoria de heterossexualidade com base na subversão da visão binária de sexo e gênero. “Para Butler, a noção de gênero é problemática e não pode ser pensada sem um aporte performativo da linguagem e fora das políticas que implementam mudanças nas relações de poder que existem entre os gêneros” (COSSI; DUNKER, 2017, p. 01).

Ela critica as visões deterministas tanto biológicas como culturalistas que recaem sobre o gênero, já que o assumem como uma substância e colocam o corpo em uma posição de passividade. A autora critica também a visão de causalidade entre sexo, gênero e desejo – em resposta à teoria psicanalítica – já que, para ela, esta visão faz parte da tentativa de regulação de gênero baseada na relação binária e no modelo heterossexual.

Ao postular o “sexo” como “causa” da experiência sexual, do comportamento e do desejo, a produção tática da categorização descontínua e binária do sexo oculta os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção. A pesquisa genealógica de Foucault expõe essa “causa” ostensiva como “efeito”, como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como funções *fundacionais* e causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade. (BUTLER, 2019, p. 53)

O gênero é interpretado pela filósofa como ato performativo. Maia (2019) esclarece que afirmar que o gênero é uma performance significa dizer que o sujeito atua, apresentando-se ao mundo de acordo com o papel de gênero que lhe pertence. A fala tem É por meio do discurso sobre gênero, isto é, da nomeação do que gênero seria, que se produz a ilusão do que o gênero realmente é. Isto quer dizer que “certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do ‘real’” (BUTLER, 2019, p. 69) e o gênero se constituirá na repetição de atos advindos da estrutura que os regula. “Palavras, gestos e atos expressos reiteradamente criam a realidade dos gêneros” (COSSI; DUNKER, 2017, p. 02). Nesse sentido, a noção de Butler (2019) é que o gênero tem um caráter ativo, no sentido de repetição, de performatividade.

Para além da fala, o gênero enquanto performance também é apresentado através do corpo.

O caráter performativo do gênero é extensamente discutido nas obras de Judith Butler, englobando não apenas atos de fala, mas também atos corporais. Evidentemente, como “corpo” o sujeito é algo mais do que ele próprio, pois, ao ser constituído social e politicamente, o seu corpo tem uma dimensão

pública: “constituído como um fenómeno social na esfera pública, o meu corpo é e não é meu” (Butler, 2004, p. 21). Os sujeitos vivem e recebem noções de realidade que lhes dizem que tipos de sexualidade e de corpos são considerados aceitáveis, verdadeiros e reais (e que tipos não o são). (MAIA, 2019, p. 421)

Nesse sentido, as considerações de Butler a cerca de gênero, como por exemplo vê-lo sob uma ótica performativa, contribuem para uma a criação de uma outra inteligibilidade sobre ele, que possa contrapor a vigente cisheteronorma. É a partir desta contraposição, que podemos alcançar “as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2019, p. 244). Desse modo, a contribuição do pensamento butleriano é fundamental quando se busca criticar e transformar a ideia de um único modelo de subjetividade possível em nossa sociedade.

## CAPÍTULO 2 - A VIOLÊNCIA CONTRA SUBJETIVIDADES TRANS

“A violência pode ser definida como atos com finalidade opressora do outro. Está relacionada a conflitos de autoridade, à busca por poder e à intenção de domínio, como também pode se relacionar ao desejo de possuir ou aniquilar outra pessoa e seus bens” (BUSSIN, 2015, p. 76). “De modo geral, na forma simples, a palavra violência é usada para falar de um dano físico; quando o dano não é físico, usam-se formas compostas: violência moral, violência psicológica, violência de gênero e assim por diante” (MACHADO, 2019, p. 15). A depender de que posição social, política e econômica, certo sujeito esteja enquadrado, o direcionamento da violência pode deter certas especificidades de acordo com a história e a cultura de cada sociedade. No Brasil e no mundo, os sujeitos pobres, negros, mulheres (cis, trans e travestis), homens trans, homossexuais, praticantes de religiões não cristãs, entre outros, são os principais alvos de violência.

Apesar do enfoque dessa pesquisa estar direcionado às subjetividades trans, começaremos tratando da violência de gênero no geral, por ser um problema social encontrado universalmente e por sua análise nos oferecer uma base para elucubrarmos as similaridades e as diferenças entre a violência contra pessoas trans e travestis e homens trans e a violência contra mulheres cis.

Antes de conceituarmos o que é a violência de gênero, é necessário problematizar o que se toma por gênero. De acordo com a antropóloga Faleiros (2007), ao se pensar sobre gênero é preciso levar em conta não somente o corpo do sujeito como também as suas representações sexuais, o seu desejo, as suas práticas sexuais, a sua identidade. Partiremos, então, da posição em que o gênero não pode ser presumido partindo apenas de uma concepção biológica sobre ele, como já foi abordado no primeiro capítulo.

Segundo Cavalcanti e Oliveira (2017), o gênero é o primeiro campo onde o poder é articulado e ao tomá-lo enquanto noção, as relações de poder impostas culturalmente para as pessoas se tornam claras. A cultura entra como fator mais abrangente de análise do que a biologia (não que esta não seja um campo de abordagem necessário), nesse caso, principalmente, quando o estudamos sob um prisma psicanalítico. De acordo com a psicóloga Araújo (2008), a diferença biológica universaliza verdades responsáveis pela hierarquização e pelas desigualdades de gênero. As diferenças sexuais, mais do que biologicamente determinadas, emergem das predeterminações de cada cultura. Quando se parte de uma visão ética sobre o gênero, ou seja, aquela que transcende a divisão

naturalista entre macho e fêmea e que aborda o humano a partir das multiplicidades subjetivas propiciadas pela existência de cada cultura, se torna possível abordar de modo mais confiável os fenômenos que concernem esse analisador, incluindo o problema social da violência.

Neste capítulo, investigaremos respectivamente sobre a violência de gênero em geral, e de forma mais aprofundada a violência contra as subjetividades trans, através de um resgate histórico de certos operadores estruturais que as embasam e as mantêm; os tipos de violência e as estatísticas que demonstram a sua prevalência; e, por último, quais elementos teórico-práticos a Psicanálise pode oferecer para o entendimento de tal questão, principalmente quando se abre e conversa com os outros campos de conhecimento, como a Antropologia, a Filosofia e as Teorias Queer.

## **2.1 – Violência de gênero**

A violência de gênero é um problema social alicerçado em desigualdades de gênero, isto é, baseado na dominação através de discursos e práticas de homens cis contra mulheres trans, travestis, cis e homens trans. Segundo Cesson e Meneghel (2019, p. 451), “ela compreende atos que possuem relações com as desigualdades de poder entre os sexos”. “Tanto no Brasil, como em outros lugares, a sexualidade [e o gênero] se expressa dentro de um contexto de poder e dominação” (GUIMARÃES et al., 2013, p. 221). Quando se investiga esse tipo de violência, o gênero também precisa ser investigado a partir de outros dois fatores. “A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia” (ARAÚJO, 2008, p. 2) e esses dois últimos analisadores não podem ser secundarizados, principalmente, quando se busca construir estratégias de intervenção contra esse problema.

Quando se investiga as estatísticas, vemos que o gênero feminino, que compreende as mulheres trans, travestis e cis, são as que mais sofrem abusos dessa forma. E por que especificamente as expressões femininas de gênero são as que ocupam o lugar de menor poder e maior dominação, e, portanto, são elas as mais sujeitas a discursos e atos opressivos nas sociedades em que existe violência de gênero?

A antropóloga Berenice Bento (2016) afirma que o gênero feminino é potencialmente o local mais propenso à violência. Pontua-se, então, a existência factual de uma violenta dominação masculina sobre o gênero feminino, o que concerne mulheres

cisgêneros, transgêneros, transexuais e travestis. E de onde surge tal propensão? Somente de fatores biológicos, tal como expresso na máxima equivocada de que “o homem é de modo preponderante fisicamente mais forte que a mulher”? Algumas respostas para tais perguntas serão esboçadas ao longo desse capítulo. Segundo Bento (2016), os tipos de violência física e os assassinatos sistemáticos sofridos pelas mulheres acontecem a partir de certos operadores estruturais de cunho tanto social como político. Dentre eles, está o patriarcado.

O patriarcado é um operador estrutural que foi construído ao longo de séculos e se baseia na superioridade do homem dentro das relações sociais, isto é, em uma ideologia machista, podendo ser encontrado na cultura ocidental também em várias outras. “Até meados do século XIX, a vida da mulher era administrada conforme os interesses masculinos, sendo envolta em uma aura de castidade e de resignação, pois devia procriar e obedecer às ordens do pai ou do marido” (BORIS E CESÍDIO, 2007, p. 453). A visão que se tinha sobre a figura feminina era a de que era um ser frágil, insuficiente, dependente e que necessariamente precisava ser submisso em relação à figura masculina. A cada gênero, até então determinado biologicamente, eram destinados, culturalmente, um lugar e um papel.

Os papéis destinados tanto para homens como para mulheres foram socialmente construídos e naturalizados, cabendo à mulher a obediência na infância ao pai e, mais tarde, ao companheiro, o que caracteriza uma ordem patriarcal de organização familiar. Segundo Saffioti (2004) o patriarcado refere-se ao sistema social no qual o homem é o ator fundamental da organização social, utilizando da sua autoridade, o poder de macho, sobre as mulheres e os filhos. O patriarcado representa o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017, p. 194)

É possível identificar nessa passagem o caráter sistêmico do patriarcado. Nele, o homem é tido como protetor e provedor, o ser que tem autonomia da palavra e do poder, ou seja, o ser que controla por meio deles; sobra pouco espaço para a mulher, que ao mesmo tempo que é vista também se vê como resto, como ser inferior. De acordo com a psicóloga Araujo (2008), o patriarcado é uma ordem responsável por delegar a homens o poder tanto de dominar como de controlar mulheres, podendo para atingir tal objetivo fazer uso da violência. “Isto importa uma organização social de gênero que é amplamente hierarquizada e que contém em si a violência” (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017, p. 194). O poder e o gênero estão socialmente imbricados, envolvendo inclusive o uso de violência para que a hierarquia que surge dessa relação não mude. “Isto significa que a

violência desempenha um papel necessário na reprodução da economia simbólica de poder entre os sexos” (CESSON; MENEGHEL, 2019, p. 455).

Atualmente, a lógica patriarcal ainda reside em muitos setores das sociedades e dentro dela a relação com a violência de gênero se torna cada vez mais evidente. A violência de gênero “é concebida como braço armado do patriarcado, utilizada para “corrigir” as que infringiram as normas e não cumprem os papéis estereotipados que lhes são impostos” (CESSON E MENEGHEL, 2019, p. 453). O abuso da força, então, é um aliado fundamental para o funcionamento operante e a manutenção das prescrições subjetivistas e comportamentais do patriarcado na sociedade. “A ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e a dominação masculina internalizadas por homens e mulheres” (ARAUJO, 2008, p. 2). E isto gera consequências, como exclusão e privação de direitos, principalmente para quem ocupa os lugares mais vulnerabilizados da hierarquia social, como é o caso de pessoas trans e travestis.

Apesar das conquistas de muitos direitos fundamentais oriundas da luta de movimentos como os da comunidade LGBTQIAP+ e os feministas, o patriarcado possui raízes profundas e permanece nos modos atuais de subjetivação, cujos únicos privilegiados socialmente são os mesmos de milhares de anos atrás: os homens cis. A partir dessas reflexões, é possível se obter um apontamento inicial para a compreensão do surgimento dessa posição privilegiada dos homens cis dentro da hierarquia das relações de gênero bem como para a sinalização de uma das origens dos dispositivos de poder, dominação e violência contra as subjetividades que buscam romper as prescrições construídas através da ótica patriarcal.

## **2.2 – Violência de gênero contra subjetividades trans**

A violência de gênero contra pessoas transexuais, transgêneros e mulheres travestis é um fenômeno existente em vários países do mundo e, por isso, não pode ser negligenciado e muito menos negado. “Nas sociedades historicamente machistas, homofóbicas e religiosas, como a brasileira, a diversidade de gênero e de opções [orientações] sexuais é negada e rejeitada” (FALEIROS, 2007, p. 61). A violência surge, então, como produto dessa rejeição.

As estatísticas e os relatos sobre crimes de extrema crueldade, que vão de agressões psicológicas e físicas até assassinatos, dos quais essas pessoas são vítimas, apontam para uma verdadeira epidemia transfóbica, legitimada há centenas de anos contra

essa parcela da população. A epidemia transfóbica é responsável por estatísticas alarmantes que perseguem as pessoas trans e que não podem mais ser ignoradas tanto pelo Estado como pela sociedade civil e as instituições, incluindo as acadêmicas, científicas, e a própria Psicanálise – a qual o sistema sexo-gênero sempre foi eixo central de suas construções teórico-práticas.

### **2.2.1 - A cisheteronormatividade**

Quando se trata de violência especificamente contra as subjetividades trans, a demarcação de um outro operador estrutural que corrobora para a rejeição epidêmica dessa população não pode deixar de ser esboçada. A este operador é dado o nome de cisheteronormatividade, resultante de dois processos construídos culturalmente: a heterossexualidade compulsória e o cissexismo. “Essas categorias ao se relacionarem constituem um campo de significação onde as relações de poder/saber/verdade constroem inteligibilidades a respeito dos corpos e sexualidades” (MOSCHETA, FÉBOLE E ANZOLIN, 2016, p. 73). Dessa forma, servem à manutenção das opressões de certos setores da população, como é o caso da comunidade LGBTQIAP+.

A heterossexualidade compulsória vem sendo estudada cada vez mais ao longo dos últimos anos. De acordo com Bonassi et al. (2015), está relacionada com a naturalização de um sistema que, pela própria existência da cultura, não pode ser presumido naturalmente, que é o sistema sexo/gênero. “Por força do instituído cultural, somos levados a conceber algumas formas de vida como mais aceitáveis que outras, dentre elas a heterossexualidade como um padrão a ser seguido em relação às sexualidades possíveis” (MOSCHETA, FÉBOLE E ANZOLIN, 2016, p. 73).

Desestabilizar a heterossexualidade compulsória, assim como a cisheteronormatividade é deslegitimar estratégias de poder que insistem em manter a população LGBT marginalizada em guetos, confinada em diagnósticos de transtornos mentais, sendo coagida por promessas de cura e terapias de reversão a um “estado cisgênero e heterossexual”, ou seja, a uma pretensa equivalência entre sexo/gênero engessada à naturalização de uma construção social e histórica. (BONASSI et al., 2015, p. 84)

O cissexismo, por sua vez, é o modelo de subjetivação baseado no binarismo de gênero, isto é, é aquele que atribui os gêneros a partir do sexo definido biologicamente, ou seja, das genitálias com as quais as pessoas nascem. Esta construção normatizadora reconhece o pênis como genitália definidora da masculinidade e a vagina como definidora

da feminilidade, isto é, ela oferece uma verdade sobre os corpos antes mesmo que os sujeitos possam criar as suas verdades a partir de seus corpos.

Mesmo antes de nascer somos posicionados dentro de uma lógica binária que considera duas possibilidades de existência: homem ou mulher. Essa identificação se dá a partir do reconhecimento dos genitais: pênis produziram homens e vaginas produziram mulheres. A partir dessas assignação toda uma gama de comportamentos e papéis sociais são atribuídos e expectáveis no decorrer do desenvolvimento. Assim, se produzem verdades sobre o sujeito que advém do seu sexo. (BONASSI et al., 2015, p. 85)

É consenso entre estudiosos das questões de gênero que a lógica binária é responsável por oferecer uma explicação biológica a um processo de diferença que, na verdade, é cultural. “Cabe recordar que essa diferença, antes de ser qualquer evidência natural, é uma produção do sistema sexo/gênero, que constrói duas categorias como biológica e ontologicamente anteriores ao espaço discursivo e cultural que as produz” (AYOUCH, 2015, p. 27). O cissexismo segue, então, uma lógica normatizadora, que atribui comportamento e funções aos sujeitos a partir de uma premissa binária, baseado em uma naturalização de processos que na verdade são construídos de modo social e histórico. Por conseguinte, todos os sujeitos que subvertem as atribuições cissexistas sofrem com todo o arsenal violento que este modelo os direciona.

É nesse sentido que Bonassi et al. (2015, p. 84) analisam o cissexismo como “uma produção de violência e invisibilidade sobre os corpos de pessoas travestis e transexuais”. Já que o sujeito transexual tem uma forma de se identificar que não aquela que lhe imputam no nascimento, o cissexismo, buscando manter a sua norma sobre os corpos, o relega ao lugar de resto. A cisheteronormatividade é uma articulação social e política que tenta produzir o apagamento e a aniquilação das subjetividades trans.

As tentativas de apagamento das subjetividades que se distanciam do modelo cisheteronormativo de subjetivação (a população LGBTQI+) estão engendradas na sociedade de tal forma que se torna também uma violência não analisá-las criticamente ao se falar de violência de gênero.

A violência surge quando os gêneros não-masculinos saem dos lugares que lhes são determinados e se tornam subversivos – quando o poder patriarcal estruturado é contestado e se acha ameaçado. A violência praticada pela sociedade patriarcal se realiza de diversas formas: identitária, física, psicológica, sexual, institucional, social e politicamente. Articuladas, elas constituem o arsenal de que dispõe o gênero masculino para manter seu poder sobre os outros gêneros. (FALEIROS, p. 63, 2007)

A cisheteronormatividade, então, deve ser considerada como um dos principais fatores propulsores das violências contra as subjetividades trans. Segundo Bonassi et al. (2015), essa concepção é responsável pela legitimação dos discursos patologizantes sobre as sexualidades e os gêneros que divergem com ela, o que contribui diretamente para a fomentação da violência contra a população LGBTQI+, principalmente contra as mulheres travestis e as mulheres e homens transexuais.

### **2.3 – As violências contra as subjetividades trans**

Os crimes de ódio são resultado de uma transfobia difundida nas estruturas sociais e que é oriunda das relações de poder historicamente transmitidas nos processos de subjetivação característicos de cada sociedade. Existe um modelo convencional de sujeito em vários países ocidentais que, pelas razões listadas nos primeiros tópicos desse capítulo, está no topo dessas relações: o sujeito homem, cis, hétero, branco e de classe média ou alta. Ou seja, todas as outras subjetividades que não seguem este modelo podem sofrer determinadas taxações a depender dos graus de privilégios existentes.

Isso significa que os debates de gênero e de violência de gênero são indissociáveis, por exemplo, dos debates de raça e de classe social – o que aponta que fatores sociopolíticos não podem ser ignorados. O fato de que as mulheres trans, negras e pobres, ocupam um dos lugares mais baixos na hierarquia das relações de poder, é irrefutável, e os altos números de transfeminicídios em vários países comprovam tal constatação.

“O transfeminicídio [...] se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação das travestis, mulheres trans e mulheres transexuais, motivada pela negação de humanidade às vítimas” (BENTO, 2016, p. 51). Quanto mais uma subjetividade se afasta daquela que é o modelo, mais lhe é destituído o lugar de humanidade, restando-lhe um meio-lugar ou um até um não-lugar, onde as vítimas desse funcionamento são negligenciadas, violentadas e invisibilizadas. É do modelo cisheteronormativo que citamos acima que a violência transfóbica passa a ser tolerável, invisível e impune. No próximo tópico, abordaremos de forma aprofundada justamente os casos de violência.

#### **2.3.1 Dados estatísticos**

Segundo o jornalista Bortoni (2017), a expectativa média de vida das pessoas trans no Brasil é de 35 anos, o que representa somente a metade da média nacional (70 anos). Já a Argentina e os Estados Unidos, de acordo com Thomaz (2018), possuem

respectivamente uma expectativa média de vida de pessoas trans de 35 e 32 anos. Isto mostra um dado preocupante: existe uma articulação de violências destinadas especificamente para as pessoas trans, sendo a maior delas os assassinatos.

De acordo com Bento (2016), a cartografia desses crimes é feita, no Brasil, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>8</sup>, o Grupo Gay da Bahia e a International Transgender Europe. No entanto, podemos acrescentar outras duas instituições que fazem um trabalho similar, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE).

De acordo com a ONG International Transgender Europe, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. De janeiro de 2008 a abril de 2013 foram 486 mortes, quatro vezes mais que no México, segundo país com mais casos registrados. Em 2013 foram 121 casos de travestis e transexuais assassinados em todo o Brasil. (BENTO, 2016, p. 56)

Em uma pesquisa feita em 2015 com 100 pessoas trans em Santa Catarina, no intuito de mapear e localizar as vulnerabilidades e as violências destinadas a essas pessoas, as psicólogas Bonassi et al. (2015) identificaram uma série de práticas abusivas presentes nas realidades desses sujeitos: discriminação; violência psicológica, física, institucional e sexual; negligência; abuso financeiro; tortura; trabalho escravo; tráfico de pessoas; exploração infantil. Quase 90% delas relataram ter passado por situações de discriminação, 76% por violência psicológica, 62% por violência física, 30% por violência sexual, entre outros.

Chamou atenção que, quando lidos os subtipos de violência, algumas pessoas fizeram comentários como “mas isso é comum”, “isso é todo dia”. É possível supor, portanto, que várias formas de violência não são identificadas como tal pelas pessoas travestis e transexuais por estarem sempre presentes e configurarem-se práticas usuais aos seus modos de vida. [...] Sua invisibilidade [da violência psicológica cometida contra pessoas transexuais, transgêneros e travestis] torna comuns e banais as agressões, os insultos, as surras, bem como a expulsão dos lares e das escolas. (BONASSI et al., 2015, p. 91)

As violências sofridas, das simbólicas às reais, por essas pessoas são as mais variadas e algumas delas, como dizem as autoras acima, não são de fácil cartografia. Por isso o trabalho de tipificação da violência pode ser tão enriquecedor para o debate. “A tipificação – ou tipologia – da violência pode se dar, por exemplo, pelo espaço onde ela

---

<sup>8</sup> Em 2019, o então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, transformou o antigo Ministério de Direitos Humanos em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

acontece (doméstica, urbana, pública), por quem a sofre (violência contra a mulher, contra o idoso, contra a criança [contra as pessoas trans]), por quem a comete (individual, coletiva) e por sua forma de manifestação” (BUSSIN, 2015, p. 77). A partir do momento em que começamos a estruturar todas essas variáveis, é possível dar início ao desafiador trabalho de procurar e identificar as possíveis origens de determinadas violências, entender seus impactos na realidade das pessoas e do mundo que vivem e pensar em um contramovimento ao da violência em questão. A seguir é possível identificar os resultados catastróficos da opressão contra as subjetividades trans.

“O Brasil foi responsável por 40% dos 2.600 assassinatos em todo o mundo nos últimos dez anos, de acordo com levantamento da associação europeia TransRespect em 72 países” (THOMAZ, 2018, p. 2) em 2017, o que mostra que somente naquele ano foram assassinadas 179 pessoas trans em território brasileiro. De acordo com o Dossiê de Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019, publicado pela ANTRA, em 2018 e 2019 houve reduções nos números de assassinatos, respectivamente, 163 e 124. No entanto, para as organizadoras desse documento, tal diminuição não pode ser analisada de modo absolutamente positivo, já que pode estar mais atrelada a menos notificações de casos do que de fato da redução na ocorrência deles.

Um outro ponto relevante é como essas pessoas são assassinadas. Em 2019, por exemplo, “80% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência” (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2020). Os crimes apontam que antes de serem assassinadas, essas vítimas passam por uma série perversa de torturas: apedrejamento, asfixia, carbonização, espancamento, pauladas, facadas, estupros, entre outros. Tais fatos mostram a grande necessidade de falar sobre esses atos de extrema crueldade e pensar no que podemos, dentro de nossos aportes, fazer para combater, reduzir e finalmente extinguir crimes de transfobia como esse, de grande repercussão, que veremos abaixo.

Francisca de Vasconcelos é mãe da transexual Dandara Kathelin. Dandara morava com a mãe, mulher simples da periferia de Fortaleza que se refere à filha como “ele”. E não busca muitas explicações para a transformação de Cleilson em Dandara. Aos 42 anos, sua filha foi agredida e levada até uma rua deserta, onde atiraram nela. O ato foi gravado e ganhou a internet. Francisca decidira não ver. — Mas, uma ou duas semanas depois que o crime tinha acontecido, fui almoçar na minha cama e assistindo 190 [programa policial de TV]. Aí eu vi meu filho sentado no meio do sol quente no calçamento, esperando socorro, algum filho de Deus para socorrer ou então esperando a morte. Bem calmo, sem nenhuma reação. Cada pancada que ele pegava na cara ou na cabeça ele passava a mãozinha. Aí, pronto. Eu fechei a televisão. Não vi mais nada. (BORTONI, 2017, p. 1)

É possível identificar a partir da reportagem e do relato acima alguns dos atos dentro da grande cadeia de violências às quais as psicólogas Bonassi et al. (2015) se referem, dentre eles: falta de reconhecimento familiar em vida, tortura seguida de morte, omissão de socorro por parte de quem assistia e gravava, assassinato de uma pessoa trans como show midiático, falta de compadecimento e revolta social. A vida e a morte de Dandara apontam para uma realidade trágica que revelam a quase total vulnerabilização das pessoas trans. Não só as mortes desses indivíduos são invisibilizadas como também as vidas precárias que levam. “Pode-se dizer que a morte dessas pessoas é o ponto extremo de uma grande cadeia de violências cotidianas às quais estas pessoas estão submetidas, incluindo humilhações, exploração sexual, extorsões, agressões físicas” (BONASSI et al., 2015, p. 85). Os motivos para tamanha crueldade são debatidos por diversos teóricos e serão também analisados criticamente neste trabalho.

Para a psicanalista Almira Rodrigues, a raiva está relacionada ao pavor do diferente. A profissional afirma que parte desse comportamento belicoso é ensinado, tem raízes culturais. O agressor aprende a ser assim. — Por outro lado, há um elemento constitutivo de pessoas que é uma ação perversa mesmo. A pessoa não consegue lidar com as diferenças, então, precisa matar. Porque não é só discriminar, ela precisa extirpar, aniquilar o outro. Um nível interno de ódio muito grande. Para o professor de psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Elia, um dos motores do ódio está ligado a questões íntimas do agressor. — A primeira coisa a dizer é que a pessoa que agride ou mata tem muito a ver com esse alvo da agressão, ela não é alheia. (BORTONI, 2017, p. 1)

A partir do que elencamos até aqui, continuaremos o debate partindo das possíveis contribuições que a teoria psicanalítica pode trazer no que se refere à violência contra as subjetividades trans.

## **2.4 – Uma análise a partir da Psicanálise**

### **2.4.1 Contribuições a partir de Sigmund Freud**

Nessa parte do capítulo aprofundaremos a discussão sobre como a psicanálise freudiana e seu estudo sobre a sexualidade pode contribuir para o entendimento da violência de cunho transfóbico. A pretensão não é esgotar todas as possibilidades de compreensão a partir das obras freudianas, mas de refletir a questão a partir de algumas delas. Segundo Machado (2019), tratar de violência na psicanálise é um desafio, já que esse termo não é trabalhado dentro da teoria psicanalítica de Freud, mas sim o termo

agressividade. Tendo em vista tal constatação, buscaremos trabalhar com tal desafio na medida em que elaboraremos possíveis relações de como a psicanálise pode ajudar a explicar o fenômeno da violência contra pessoas transexuais, pensando a agressividade presente naqueles que cometem esse tipo de ação violenta.

Antes de adentrarmos de forma mais aprofundada nas obras, esboçaremos de forma breve um conceito muito importante para a psicanálise, o conceito de pulsão, já que se torna fundamental nessa parte do trabalho em que analisamos a violência por uma via psíquica. Segundo Freud (1915), a pulsão é uma força psíquica constante que demanda satisfação. Para o autor, ela representa um lugar teórico de difícil explicação por parte da Psicologia e da Fisiologia, pois não pode ser observada ou descrita como um estímulo fisiológico; é, na verdade, uma fronteira entre somático e o anímico. Dividem-se entre pulsões do Eu (as de autopreservação) e as pulsões sexuais (aquelas que têm como meta o prazer do órgão e somente após se colocam à serviço da reprodução). As pulsões visam sempre sua satisfação na relação do Eu com o seu objeto sexual. É daí que o amor e o ódio podem emergir, mas somente a linguagem pode exibir o sentido de cada. Este conceito aparecerá algumas vezes ao longo desse trabalho e o seu entendimento, mesmo que de forma breve, é importante.

Retornaremos, agora, para uma das primeiras obras de Freud de grande impacto social e médico/psicológico, que nos ajudará a pensar sobre a violência transfóbica.

Em 1905, Freud, em seu trabalho intitulado *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, aborda a sexualidade humana de uma forma no mínimo atípica para a sociedade da época, sinalizando a existência de uma sexualidade infantil e mostrando a importância de não haver um discurso moral sobre esta, na medida em que sua análise é fundamental para um estudo aprofundado e efetivo do sujeito. O sexual ocupa um lugar central na teoria psicanalítica. Ele não se refere apenas à orientação ou identidade sexual; aos sexos anatômicos; ou ao ato sexual em si. Para a psicanálise, o sexual tem a ver com as experiências subjetivas de prazer e desprazer vividas pelo sujeito em seu corpo, e é aquilo que o marca e o constitui. Nessa parte de nosso trabalho, algumas considerações que Freud fez no primeiro ensaio da obra, chamado “As aberrações sexuais”, se tornam valiosas para a análise do fenômeno da violência contra as pessoas trans.

A primeira consideração feita pelo criador da Psicanálise da qual trataremos é introdutória e fala sobre o cuidado necessário com a opinião popular quando se busca tratar tecnicamente de determinados assuntos, por exemplo, os de questões sexuais. Freud irá esboçar como existe toda uma ideia naturalizante, não só na sociedade como em certos

setores da ciência, sobre os rumos que devem tomar o desejo sexual, o instinto (pulsão) sexual, a libido.

A opinião popular tem ideias bastante definidas sobre a natureza e as características desse instinto sexual [aquele que, para a Biologia, simboliza a existência de necessidades sexuais no ser humano]. Ele estaria ausente na infância, apareceria na época da puberdade, ligado ao processo de maturação desta, e se revelaria nas manifestações da irresistível atração que um sexo exerce sobre o outro; e sua meta seria a união sexual, ou, pelo menos, as ações que se acham no caminho para ela. Mas temos motivos para ver nessas informações um quadro infiel da realidade; a um exame mais atento, elas se mostram plenas de erros, imprecisões e conclusões precipitadas. Vamos introduzir duas expressões técnicas: se denominarmos objeto sexual a pessoa da qual vem a atração sexual, e meta sexual a ação à qual o instinto impele, a observação, cientificamente filtrada, indica numerosos desvios no tocante aos dois, objeto sexual e meta sexual, e a relação entre eles e a norma suposta requer uma investigação aprofundada. (FREUD, 1905, p. 21)

Se Freud expõe essa ideia de tomar cuidado com a opinião popular, por que ele intituiu as pessoas que não são heterossexuais nessa obra de aberrações sexuais, de desviantes e/ou de invertidos? Em primeiro lugar, essas que hoje nos parecem meras (des)qualificações ou ofensas, eram na época categorias psiquiátricas vigentes utilizadas para patologizar as pessoas que desviavam do padrão cishetero, e não foram defendidas por Freud, mas utilizadas como instrumentos de análise. O autor, inclusive, mostra sua tendência ao longo de todo o primeiro ensaio de tentar retirar a homossexualidade dessa categoria, utilizando majoritariamente o termo “inversão”, já que por muitos médicos da época ela era tida como resultado de uma degeneração nervosa, de algum transtorno do desenvolvimento.

Parece mais adequado não falar de degeneração: 1) quando vários desvios sérios da norma não se apresentarem simultaneamente; 2) quando as capacidades de funcionamento e de existência não parecerem seriamente comprometidas. Vários fatos demonstram que os invertidos não são degenerados no sentido legítimo: 1) Encontramos a inversão em pessoas que não exibem outros desvios sérios da norma. 2) O mesmo ocorre em pessoas que não têm a capacidade de funcionamento prejudicada, pelo contrário, que se distinguem por elevado desenvolvimento intelectual e cultura ética. 3) Se não consideramos os pacientes de nossa experiência médica e buscamos abranger um círculo mais amplo, deparamos, lançando o olhar em direções distintas, com fatos que não permitem conceber a inversão como sinal de degeneração. a) É preciso levar em conta que a inversão era um fenômeno frequente, quase uma instituição dotada de funções importantes, em povos antigos que estavam no apogeu de sua cultura; b) ela se acha bastante disseminada em muitos povos selvagens e primitivos, e costuma-se limitar o conceito de degeneração à alta civilização (I. Bloch); mesmo entre os povos civilizados da Europa, o clima e a raça tiveram a mais forte influência na difusão e na atitude ante a inversão.” (Freud, 1905, p. 25).

Assim, como podemos ver no trecho acima, Freud procurou desvencilhar a homossexualidade de um caráter degenerativo, patologizante, e pontuar que ela fez ao longo do tempo e faz até hoje parte do repertório e do cotidiano de determinadas culturas, incluindo a europeia.

Em segundo lugar, os termos “desviantes” ou “invertidos” se referem, na verdade, aos desvios do que a opinião médica e popular, isto é, a sociedade, considerava como uma sexualidade normal, e não como a Psicanálise freudiana compreende de fato aqueles que destoam da norma social.

A investigação psicanalítica se opõe decididamente à tentativa de separar os homossexuais das outras pessoas, como um grupo especial de seres humanos. Estudando outras excitações sexuais além daquelas manifestadas abertamente, ela sabe que todas as pessoas são capazes de uma escolha homossexual de objeto e que também a fizeram no inconsciente. De fato, ligações afetivas libidinosas com pessoas do mesmo sexo não têm, como fatores da vida psíquica normal, papel menor - e, como motores do adoecimento, têm papel maior - do que aquelas que dizem respeito a pessoas do outro sexo. Para a psicanálise, isto sim, a escolha objetual independente do sexo do objeto, a possibilidade de dispor livremente de objetos masculinos e femininos, tal como se observa na infância, em estados primitivos e épocas antigas, parece ser a atitude original, a partir da qual se desenvolvem, mediante restrição por um lado ou por outro, tanto o tipo normal como o invertido. Na concepção da psicanálise, portanto, também o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação, não é algo evidente em si, baseado numa atração fundamentalmente química. (FREUD, 1905, pp. 34-35)

Isto quer dizer que na obra podemos compreender que não se trata de um juízo de valor próprio de Freud, mas que ele utiliza os termos cisheteronormativos da época, daquilo que é normalizado culturalmente como o objeto e a meta sexuais com uma única possibilidade de equivalência: um homem só pode ter uma mulher como objeto sexual e vice-versa. “Resulta em grande surpresa, então, saber que existem homens para os quais o objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para as quais esse objeto não é o homem, mas a mulher” (FREUD, 1905, p. 21).

Em último lugar, fazer uma leitura crítica e fluida do que este autor propõe é um “divisor de águas”, e associá-la com outros autores e áreas de conhecimento, é essencial ao vislumbrarmos o que podemos aprender e empreender a partir da Psicanálise.

Até aqui a discussão proposta por Freud na obra *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905)*, nos fornece uma possibilidade analítica importante em torno da violência transfóbica. Ora, se uma pessoa tem objeto e meta sexuais diferentes daquelas que a sociedade prescreve, ela pode escolher expressar abertamente a sua sexualidade ou

reprimi-la<sup>9</sup>. Se nos atentarmos aos casos de assassinatos de mulheres trans e travestis, muitos são antecédidos de estupro ou sucedidos de necrofilia. Isso reflete o desejo sexual de quem agride, mata. “Na sexualidade, o que é mais alto e o que é mais baixo sempre estão ligados da maneira mais íntima (‘Do céu, através do mundo, ao inferno’)” (FREUD, 1905, p. 57). Portanto, a sexualidade é um dispositivo conceitual inescapável quando tratamos de violência e de assassinatos contra sujeitos trans e travestis. Certos conceitos trabalhados na obra oferecerão um rico material de análise, como é o caso do conceito de perversão.

Para a psicanálise freudiana de 1905, a perversão é o desvio do ato sexual considerado normal (copulação entre pessoas que compartilham reciprocamente desta meta sexual) e, nesse momento da obra, não está sendo tratada como uma estrutura clínica em si, mas como uma perturbação da vida sexual dita normal. “As perversões são a) extensões anatômicas das áreas do corpo determinadas para a união sexual; ou b) permanecimentos nas relações intermediárias com o objeto sexual, que normalmente seriam percorridas com rapidez, no rumo da meta sexual final” (FREUD, 1905, p. 41). O que quer dizer que a meta sexual não se realiza somente através da introdução do pênis na vagina, mas de outros toques, beijos, cheiros, sexo oral e/ou anal, entre outros, superando, por exemplo, forças psíquicas de resistência, como o nojo, a vergonha, o horror, a dor. Podem ser consideradas como uma parte normal do desenvolvimento psíquico humano, mas também podem ser consideradas patológicas na medida em que, “não surge *ao lado*<sup>10</sup> do que é normal (meta sexual e objeto), quando circunstâncias favoráveis a promovem e desfavoráveis impedem o normal; se, em vez disso, ela reprime e toma o lugar do normal em todas as circunstâncias [...]” (FREUD, 1905, p. 57).

Desse modo, partindo da perspectiva psicanalítica de Freud, nem toda pessoa que pratica ações perversas (isto é, que desviam das normas socialmente estabelecidas) pode e/ou deve ser considerada doente mental (ou degenerado, como intitulavam no passado). “Em nenhum indivíduo não estaria ausente, em sua meta sexual normal, um ingrediente a ser denominado perverso” (FREUD, 1905, p. 56). Isto é, sujeitos que têm um funcionamento psíquico dito normal podem, em determinadas situações, perverter regras, incluindo aquelas que ditam como ele deve controlar a sua libido. “As ditas transgressões

---

<sup>9</sup> Além disso, os invertidos variam bastante em seu julgamento sobre a peculiaridade de seu instinto sexual. Alguns veem com naturalidade a inversão, tal como o indivíduo normal vê a direção de sua libido, e afirmam energicamente que é tão legítima quanto a normal. Outros, porém, rebelam-se contra o fato da sua inversão, sentindo-a como obsessão patológica (Freud, 1905, p. 22).

<sup>10</sup> Grifo do autor. Isto é, quando surge acima do que é considerado normal.

sexuais seriam muito mais frequentes na vida cotidiana, não merecendo por isso o designativo de patológico” (OLIVEIRA, 2016, p. 59). Para Freud (1905, p. 71), “a extraordinária difusão das perversões nos obriga a supor que também a predisposição às perversões não é uma peculiaridade rara, e sim parte da constituição julgada normal”.

O conceito de perversão polimorfa de que trata Freud (1905) no segundo ensaio de sua obra *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, intitulado *Sexualidade Infantil*. Nesse capítulo do livro, ele abordará como existe nas crianças uma experiência de perversão polimorfa, o que significa dizer que elas podem obter prazer sexual em várias zonas erógenas do corpo, não somente uma (a fixação na área genital só começaria a aparecer na adolescência, segundo o psicanalista). Tal afirmação pode nos ajudar a entender sobre como o autor considera que a perversão está presente de forma não patológica no desenvolvimento de indivíduos ditos normais.

As questões discutidas até agora servem para dois caminhos reflexivos importantes para a nossa discussão: 1) a desconstrução do preconceito que muitos têm sobre pessoas LGBTQIA+, de que seriam pervertidas ou aberrações sexuais por não seguirem o modelo subjetivo predeterminado socialmente (debateremos de forma mais aprofundada sobre tal questão no capítulo 1); 2) mas também que, em muitos casos, pode ser um equívoco presumir que todo agressor e/ou assassino transfóbico, geralmente praticantes de ações de crueldade extrema, seja uma pessoa que não esteja em faculdades mentais plenas e que, por isso, deva considerado como alguém que não tem noção do que faz e ficar inimputável diante da justiça. Uma análise aprofundada de cada caso é sempre necessária, para que o entendimento da situação, seja na direção do tratamento, seja na aplicação da justiça, não esteja equivocado.

Certas perversões se distanciam tanto do normal, em seu conteúdo, que não podemos deixar de declará-las "patológicas", especialmente aquelas em que o instinto sexual realiza coisas assombrosas (lamber excrementos, abusar de cadáveres) na superação das resistências (nojo, vergonha, dor, horror). Contudo, mesmo nesses casos não se pode ter a expectativa segura de que os indivíduos que as fazem são, por via de regra, doentes mentais ou pessoas com graves anomalias de outra espécie. (FREUD, 1905, p. 56)

Dentre várias perversões citadas, como o fetichismo<sup>11</sup>, o sexo oral e o anal (para Freud, o coito heterossexual é a referência), o voyeurismo<sup>12</sup>, há uma que teoricamente se sobressai diante da análise da violência contra pessoas transexuais. “O sadismo, perversão com ‘inclinação a infligir dor ao objeto sexual’” (FREUD, 1905, p. 51), escancara o desejo sexual de um possível agressor sob uma vítima específica. O psicanalista ressalta que esta perversão se relaciona com a obtenção de prazer sexual a partir da humilhação e da submissão da pessoa que é o seu objeto sexual. “Na linguagem corrente, o conceito de sadismo vai de uma atitude simplesmente ativa, depois violenta ante o objeto sexual, até o vínculo exclusivo da satisfação com a subjugação e o mau tratamento desse objeto” (FREUD, 1905, p. 52). A libido do sujeito que tem prazer sexual através do sadismo está ligada à crueldade, àquilo que Freud (1905, p. 65) aponta como resultado da “transformação de amor em ódio, de impulsos afetuosos em hostis”.

No que se refere aos animais, nos acostumamos com a ideia de que eles não são sádicos, pois matam para comer, sem requintes de crueldade. Entretanto, no humano, a dimensão do sadismo está sempre presente. Esta é uma questão que preocupava Freud (1974[1929-1930]), para quem a ferocidade dos homens em relação a seus semelhantes supera tudo quanto podem fazer os animais. Conceitos como a agressividade, o par amor-ódio, o sadismo e o masoquismo, a passagem ao ato, o acting out, as pulsões de vida e de morte, o gozo, o desejo, o narcisismo, o trauma, entre outros, evocam, em sua obra, a dimensão da violência no humano. Entretanto, Freud não constitui a violência como um conceito propriamente psicanalítico, daí a dificuldade em circunscrevê-la neste campo. (JÚNIOR E BESSET, 2010, p. 324)

Como vimos no tópico sobre os crimes transfóbicos, os agressores e assassinos, a partir de uma perspectiva psicanalítica, podem ser considerados sádicos, pois o fazem com crueldade extrema no ato de violência contra as vítimas, alguns obtendo satisfação no sofrimento psíquico e físico dessas pessoas. A agressividade aparece como centro dessa trama psíquica e é outro conceito amplamente trabalhado por Freud. É importante frisar que, apesar de serem fenômenos distintos como veremos a seguir, a agressividade, majoritariamente “cismasculina” (principalmente, quando temos em vista o recorte da posição do homem cis dentro da hierarquia social), e o sadismo são operadores diretos no curso da violência transfóbica.

---

<sup>11</sup> Esta perversão acontece quando “o substituto do objeto sexual é uma parte do corpo geralmente pouco apropriada para fins sexuais (como o pé, o cabelo), ou um objeto inanimado que se acha em relação evidente com a pessoal sexual, ou melhor, com a sexualidade desta (peças do vestiário, roupa íntima)” (Freud, 1905, pp. 45-46).

<sup>12</sup> Excitação libidinal ou prazer sexual a partir de uma vivência somente ótica.

A sexualidade da maioria dos homens mostra um elemento de agressividade, de inclinação a subjugar, cuja significação biológica estaria na necessidade de superar a resistência do objeto sexual por algum outro meio além de fazendo-lhe a corte. O sadismo corresponderia, então, a um componente agressivo do instinto sexual que se tornou independente, exacerbado, e foi colocado na posição principal mediante deslocamento. (FREUD, 1905, p. 52)

Podemos pensar a partir desse trecho como a vulnerabilização (isto é, um processo intencional e não uma condição como sugere a palavra vulnerabilidade) das minorias, entre elas as pessoas trans, travestis, negras, por parte dos homens cisheteros e brancos, também possui um fator micropolítico, isto é, que concerne à sexualidade, à psique. É possível considerar, por exemplo, que a patologização das minorias, que também contém violência, tem uma função política de manutenção dessa categoria no topo da hierarquia social da sociedade ocidental. A patologização, via sexualidade, serve de muitas maneiras à preservação da estrutura social discriminatória e violenta.

Assim, a dimensão sexual da violência transfóbica revela que pode existir uma relação libidinal do agressor com a pessoa que ele escolhe agredir, podendo ser de sua constituição psíquica e/ou de suas vivências, podendo partir de um estado psíquico adoecido ou um estado psíquico dito normal. Diante da norma social estabelecida sobre sexualidade, o agressor ou assassino transfóbico age no intuito de se desfazer de seu próprio desejo, que julga como inadequado, tentando extinguir o seu objeto de desejo, com a ilusão de que este é a causa real do seu problema ou de um problema social. Se fizermos o recorte sociopolítico, por exemplo, veremos que as ideias altamente popularizadas no Brasil, “a inversão dos valores da família” ou “a inversão da moral e dos bons costumes”, são indicativos do que pode operar a nível psíquico no agressor até ele passar ao ato). “Freud fala em “perigos do pré-prazer”; advoga a ideia de que a perversidade polimorfa<sup>13</sup> pela via educativa poderia manter a pulsão em rumos coerentes com os ideais civilizatórios; demonstra ambiguidade em relação ao poder normativo da heterossexualidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 63). A reflexão que emerge é a de que, em várias situações, um sujeito que pratica um ato transfóbico está revelando o que mais procura esconder, de si e dos outros: o seu desejo.

Após esboçar algumas possibilidades de pensamento sobre a violência contra subjetividades trans a partir da questão sexual, podemos, então, entraremos na dimensão política da violência que incide diretamente na dimensão sexual, já que seria reducionista

---

<sup>13</sup> Aquela em que o sujeito, na infância, obtém prazer sexual em várias áreas do corpo, para além das genitálias, como a boca, o ânus, a pele, etc.

explicar todos os casos de transfobia como justificados em uma patologia também o seria analisá-los somente como um desejo sexual recalcado do agressor.

Em *O mal-estar na civilização* publicado em 1929, Freud (p. 07) aponta para a existência na sociedade de uma incongruência entre as ideias e os atos das pessoas e também para a diversidade de seus desejos. Nessa obra, o autor pontua que o Eu funciona como uma espécie de limite entre o sujeito e o fora. No entanto, o Eu tem a ideia enganosa de que ele é unitário; enganosa porque ele “na verdade se prolonga para dentro, sem fronteira nítida, numa entidade psíquica inconsciente que denominamos Id [ou Isso, em outras traduções], à qual ele serve como espécie de fachada” (FREUD, 1930, p. 09). O Eu está sujeito a certos conflitos que surgem da trama psíquica com o fora (por vezes, ameaçador) e tende a buscar a eliminação das sensações de desprazer que se originam desse choque. Mas, como Freud (1929, p. 12), pontua: “na vida psíquica nada que uma vez se formou pode acabar”. É no Id que está a conservação das marcas constituintes nos estágios primitivos da vida do sujeito, é onde há a preservação do passado. Ora, já podemos começar a entender a partir dessas noções o que Freud queria dizer com a incongruência entre aquilo que o sujeito deseja, pensa e faz.

#### **2.4.2 Contribuições a partir de Jacques Lacan**

Jacques Lacan (1901-1981) foi um psiquiatra, psicanalista e professor francês, conhecido por uma interpretação inovadora da psicanálise freudiana. Influenciado pela filosofia, pela linguística e pela matemática, Lacan fez publicações renomadas no mundo todo, onde incorporou uma série de novos conceitos à teoria psicanalítica, fundando o que se intitula de psicanálise lacaniana ou lacanismo. Nessa parte de nosso trabalho, procuraremos estabelecer como a psicanálise lacaniana, a partir de alguns de seus conceitos e releituras, pode contribuir para a compreensão do fenômeno da violência transfóbica.

Segundo Machado (2019), Lacan compreende que a violência ocorre a partir da ausência de uma formulação dialética, isto é, na dificuldade ou na impossibilidade do sujeito articular sobre o significante. “O significante é uma unidade que simboliza a falta” (BEZERRA, 2018, p. 1). Um dos efeitos dele, segundo Lacan (1999), é a produção de significado. Por isso, é por meio do significante que o discurso se torna possível de ser formulado.

Não é difícil entender porque o ato violento é incompatível com a fala: toda fala implica uma demanda ao Outro, enquanto o ato é fruto de uma certeza sem dialética, sem Outro. É por isso que Lacan pode afirmar que "nos confins onde a palavra se demite começa o domínio da violência", ou seja, o que não é recoberto pela articulação significante pode aparecer como ato. (MACHADO, 2019, p. 24)

Se relacionarmos essa dificuldade de articular o significante com o ato de violência, podemos refletir que existe uma resistência do sujeito em lidar com a sua própria fantasia, já que ele tem dificuldade de elaborá-la através da fala, e a violência surge como o outro lado a lidar com essa questão mal-resolvida. Ora, se Lacan (1999, p. 528) afirma que “desde o primeiro gemido, o recém-nascido articula-se com a mãe, de quem receberá o uso da cadeia significante”, o significante, por meio da linguagem, é a liga do sujeito com a vida em sua cultura, com o Outro (este sendo o campo de linguagem onde está a cadeia de significantes; aquele que faz a marcação simbólica). O sujeito que comete um ato transfóbico, assim, apresenta uma dificuldade ou uma impossibilidade de articular sobre os seus pensamentos em relação às pessoas trans, e a violência emerge talvez como a única forma possível dele lidar com seu conflito psíquico em relação a elas.

Um outro conceito reformulado por Lacan, pelo qual podemos pensar a questão da violência transfóbica, foi o de gozo. “O gozo constituiu a substância de tudo de que falamos em psicanálise” (LACAN, 2008, p. 44). Para o autor, o gozo representa o lado oposto do que o prazer representa na psique do sujeito.

Do ponto de vista da psicanálise, a ênfase [do gozo] é colocada na questão complexa da satisfação e, em especial, em seu vínculo com a sexualidade. O gozo se opõe, então, ao prazer, que abaxaria as tensões do aparelho psíquico, ao mais baixo nível possível. [...] como o demonstra Lacan, o gozo não pode ser concebido como satisfação de uma necessidade, trazida por um objeto que a preencheria. Apenas o termo “gozo” convém, e ele é interdito, não no sentido fácil, onde seria barrado por censores, ele é inter-dito, ou seja, é feito do próprio tecido da linguagem, onde o desejo encontra seu impacto e suas regras. Esse lugar da linguagem é chamado, por Lacan, de grande Outro\*, e toda a dificuldade do termo "gozo" vem de sua relação com esse grande Outro não-representável, lugar da cadeia significante. [...] Desde o começo, o gozo intrincado à linguagem é marcado pela falta e não pela plenitude do Ser. E essa falta não é insatisfação; à maneira da reivindicação histórica; ela assinala o fato de que o tecido do gozo não é outra coisa senão a textura da linguagem (CHEMAMA, 1995, p. 90)

Nesse sentido, alguns autores que estudam a violência a partir da psicanálise atrelam esta a um excesso de gozo. É o caso dos psicanalistas Júnior e Besset (2010) e Machado (2019).

Os primeiros afirmam que o estatuto da violência no contemporâneo exige bastante da teoria psicanalítica, na medida que interroga o que esta pode pensar sobre as subjetividades e os sujeitos em nossa época. “Uma época na qual o que aparece, em primeiro plano, é o declínio da função paterna e a desorientação dos sujeitos submetidos aos imperativos do gozo no discurso capitalista” (JÚNIOR; BESSET, 2010, p. 324). A função paterna representa uma função simbólica para Lacan de interdição, de castração. Já no discurso capitalista, o corpo “hoje é um bem de consumo durável, com prazo de validade extenso, capaz de alta performance, ao qual devem ser oferecidas peças de reposição, recall e possibilitar a customização” (MACHADO, 2019, p. 26). Assim, os autores caracterizam a violência como um sintoma, na medida em que ela aponta para um excesso pulsional, para o gozo.

Na violência contemporânea parece haver algo peculiar, muito particularmente por parecer que, atualmente, ela está relacionada ao declínio de referências simbólicas e às exigências de gozo. Entendemos como referências simbólicas a forma como nosso mundo é organizado pela linguagem e por suas leis. Leis que imprimem ao humano e, por conseguinte, à sua subjetividade, obrigações e submissão a um limite que torna impossível o gozo pleno. Para a psicanálise, esse limite se denomina castração e o agente dessa castração é o pai. (JÚNIOR; BESSET, 2010, p. 326)

Os autores dissertam, então, sobre a relação que existe entre a violência, o imperativo do gozo e o sintoma. A intervenção possível a partir da Psicanálise que apontam Júnior e Besset (2010) é a de reintrodução da palavra onde há violência. No sentido de que a satisfação não precisaria mais ser encontrada no ato violento, mas na articulação verbal sobre ela.

Machado (2019), por sua vez, contribui com a relação da violência e do gozo apontando que o último se coloca ao sujeito como se fosse uma necessidade, mostrando afinidade com a pulsão. O gozo, para ela, no entanto, não condiz com o bem-estar do indivíduo, a violência que dele surge também não é capaz de oferecer ao sujeito bem-estar, mas essa busca da satisfação pulsional acaba ultrapassando o sujeito.

O que me parece decisivo, no que tange à violência, é sua aproximação com a pulsão, quando se verifica seu aspecto necessário, acéfalo e irruptivo. A pulsão, hoje, se manifesta num contexto em que a satisfação alternativa "não eleva o objeto à dignidade de Coisa". [...] a operação de fazer com que alguém ou algo tenha um lugar simbólico nas nossas vidas fica prejudicada e a pulsão retoma o circuito buscando satisfação. Mas nada satisfaz porque nada satisfaz totalmente. Esse resto que falta, na verdade é um resto que excede na comparação daquilo que se quer com o que é encontrado. (MACHADO, 2019, p. 26)

Assim, o ódio ao gozo do Outro se torna algo fundamental para o surgimento da violência, incluindo o da violência contra subjetividades trans. “Este Outro pode se localizar em um semelhante, tão próximo que o seu gozo nos incomoda, não só por ser diferente, mas porque se supõe nele um excesso” (MACHADO, 2019, p. 2019). E, segundo ela, se esse excesso existe não só no gozo do Outro como também no próprio sujeito, e já que todo gozo é excessivo, o seu próprio gozo que nele é desconhecido se volta, a partir do Outro, como algo que ele tenha ojeriza, que ele odeie.

## CAPÍTULO 3 – DA REPRESSÃO EM SUBJETIVIDADES TRANS

É comum para pessoas de fora do campo psicanalítico uma confusão no entendimento entre os conceitos de repressão e violência, já que muitos tendem a assumir que esses dois fenômenos tratam-se de um só. No entanto, é também comum uma confusão, para aqueles que estudam a psicanálise, entre os conceitos de repressão e recalque.

Por isso, no início do último capítulo de nosso trabalho, iniciaremos a discussão tratando brevemente sobre a diferença entre o que é repressão, violência e recalque. Como um primeiro direcionamento, discutiremos sobre como o conceito de moral sexual pode atravessar essas noções.

### 3.1 Moral sexual

O termo foi discutido por Freud em 1908, na obra intitulada *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno*. Nessa obra, o autor discutirá como a exigência cultural, baseada no controle da sexualidade, é responsável pelo adoecimento psíquico. “Cada indivíduo renunciou a um quê do que possuía, à plenitude de seu poder, às tendências agressivas e vingadoras de sua personalidade; dessas contribuições originou-se o patrimônio cultural comum de bens materiais e ideais” (FREUD, 1908, p. 256). Desse modo, para o autor, uma pessoa que está em sofrimento psíquico, ou como ele diz, “doente dos nervos”, encontra a causa desse padecimento no antagonismo entre a sua constituição e a exigência cultural.

Para Santos e Ceccarelli (2010), a moral sexual é um fato da cultura, já que, para eles, não existe uma sociedade que não tenha regras para o controle da libido. Com base nos ideais que ela mesma construiu ao longo da história, a sociedade dita uma série de princípios morais a serem seguidos, buscando estabelecer limites para a sexualidade. “Os princípios estipulados pela moral sexual introduzem no Eu em formação, via identificação, regras de conduta que, muitas vezes, estão em completa oposição aos destinos pulsionais” (CECCARELLI, 2012, p. 31). O sofrimento e o adoecimento psíquicos aparecem, então, como um resultado desta oposição.

Esse ponto de vista anuncia um desmembramento, apontado ao longo de nosso trabalho, da noção naturalizante sobre o desejo do sujeito. Ou seja, a sexualidade humana depende daquilo que provém da cultura e não da natureza. “O que se depreende de tudo isto é que o discurso sobre a sexualidade é um artefato criado para lidar com o mistério

do sexual que nunca será objetivamente observado e controlado” (SANTOS E CECCARELLI, 2010). O sexual, que é o desconhecido, o estranho, passa para a tutela da cultura, criadora da moral sexual. Segundo (Santos e Ceccarelli, 2010), representa a tentativa de tornar imutável a Lei Moral que diz respeito às questões sexuais.

Segundo Freud (1908), uma característica das pulsões é conseguir deslocar a sua meta sem reduzir a sua intensidade. Ele chama essa capacidade de sublimação, que trata justamente da mudança que acontece na meta da pulsão, isto é, de uma meta sexual para uma meta não sexual. No entanto, é a partir desse deslocamento que questões patológicas podem surgir, já que, para (Freud, 1908), uma satisfação sexual não é completamente indispensável. O nível de estrangulamento dessa satisfação (assim como o nível de seu adoecimento) dependerá tanto da constituição do sujeito como de sua história de vida.

Então, podemos compreender que a moral sexual é responsável pelo choque do desejo/da libido do sujeito com a sua inserção num mundo de cultura. Isto significa dizer que uma série de conflitos, entre aquilo que se deseja e aquilo que as regras morais ensinam, acontecerão a nível do aparelho psíquico e causarão marcas no processo de subjetivação de cada pessoa, dentre elas mecanismos psíquicos de defesa.

### **3.2 Repressão e recalque**

A necessidade de diferenciar esses dois processos psíquicos se dá pelo fato de haver certas indefinições quanto às traduções das obras freudianas, além do próprio autor muitas vezes não fazer essa diferenciação em seus textos. O recalque muitas vezes é traduzido como repressão, apesar de na teoria psicanalítica esses dois representarem mecanismos distintos (mesmo que, por muitas vezes, delimitar essa distinção seja um desafio). Buscaremos estabelecer nesse tópico, de uma forma didática, breve e sem intenções de esgotar o tema, em que ambos se distinguem e se assemelham.

A repressão da qual aqui trataremos é aquela que Freud trata em sua obra como *Unterdrückung*, e não aquela que popularmente seria um termo equivalente ao de recalque ou de opressão, violência social, etc. De acordo com Cesarotto (2008), a repressão seria um processo psíquico, resultante da relação entre o sujeito e a cultura, que consiste na interiorização de algo que vem de fora, responsável por moldar a libido humana, e que ainda irá se desdobrar em alguma coisa. Tem a ver, segundo Schlachter e Beividas (2010), com reprimir-se, conter-se, moderar-se, ocultar-se. Pela exigência moral, o sujeito se vê diante da necessidade de estrangular aquilo que vem sob forma de desejo.

O primeiro mecanismo de defesa detectado por Freud foi a repressão. O inconsciente é constituído a partir do processo de repressão. A repressão é o mecanismo que impede que o conteúdo pulsional ascenda à consciência. Podemos inclusive entender que todos os mecanismos de defesa são uma variação desse primeiro, onde funcionam como tipos de barreiras do conteúdo pulsional. O indivíduo reprime o conteúdo desejante e acaba ignorando o próprio desejo [...]. O conteúdo impedido de ascender à consciência estrutura uma tensão. A ação da repressão causa tensão e conseqüentemente desconforto. (MENDES, 2018, p. 01)

A repressão, então, pode ser tida como uma força que nega outra força (desejo, impulso), uma força que torna esta outra força menos operante, que tenta negá-la, segundo Araújo (2016). Tal negação acontece justamente por meio da dinâmica subjetiva que o sujeito constrói a partir do contato com a moral. Ou seja, uma ideia ou um afeto que pode abalar a moral apre(e)ndida se torna um perigo, se torna uma fonte de desprazer, e que precisa ser retirada da consciência.

Segundo a psicanalista Moura (2019), a repressão pode ser definida como um fenômeno psíquico que envolve a retirada de um conteúdo desagradável da consciência para o pré-consciente e ela tem uma intensidade libidinal que pode ser considerada menor se comparada à do recalque.

Em *O Dicionário de Psicanálise*, Chemama (1995) define repressão como:

Qualquer impulso, fora da consciência, de um conteúdo representado como desprazeroso ou inaceitável; ação do aparelho psíquico sobre o afeto. Na verdade, o afeto não pode ser recalado, diferentemente do representante-representação; o afeto só pode ser ou deslocado para outra representação ou suprimido. (CHEMAMA, 1995, p. 199)

O recalque (*Verdrängung*, em alemão, e *refoulement*, em francês), por sua vez, só é possível através do mecanismo de repressão. No entanto, ele acontece a nível do inconsciente e, por isso, não possibilita acesso pleno da consciência aos conteúdos recalados. Segundo Dunker (2016), é uma operação inconsciente de negação de um desejo do Eu que não é reconhecida e admitida por ele; operação esta que faz parte da gênese dos sintomas neuróticos. Para Araújo (2016), recalcar não significa apenas negar/enfraquecer um impulso, mas estabelecer um conflito. E a partir do recalque surge o sintoma, que é o retorno do recalado. “O que não pode ascender à consciência em sua forma original e foi jogado para o inconsciente, retorna através de sintomas” (MENDES, 2018, p. 01). Os sintomas aparecem, de forma conflituosa, como uma maneira de fazer

com que aquele conteúdo pulsional que foi recalçado volte à consciência, mesmo que de modo incompleto.

“Ganhamos uma definição mais rica e mais apropriada ao que Freud quer nos fazer entender por ‘Verdrängung’, uma vez que este mecanismo ocorre em duas etapas: o ‘recalque’ original e o recalque propriamente dito” (SCHLACHTER E BEIVIDAS, 2010). O primeiro, segundo os autores, estaria envolvido com o reconhecimento da diferença anatômica entre os sexos, e o segundo com o mecanismo de defesa operando nas outras fases de vida do sujeito.

Assim, apesar de ambos serem reconhecidos como mecanismos de defesa do Eu, segundo Carnáuba (2013), a diferença está no fato de que ambos ocupam lugares diferentes da constituição da psique; a repressão mantém as pulsões no limite do pré-consciente e o recalque serve para manter as pulsões no inconsciente. A diferença, então, se encontra na instância psíquica em que cada mecanismo opera. E “o que há de semelhante é o sentido de contenção, de impedimento, de algo cuja manifestação não se quer” (SCHLACHTER E BEIVIDAS, 2010, p. 211). Isto é, o recalque e a repressão se assemelham pela tentativa de defesa do Eu por meio do solapamento de determinado impulso incômodo a ele.

E como esses dois mecanismos de defesa do Eu operam no sujeito?

[...] ainda que o recalque (Verdrängung) da sexualidade seja o movimento universal que marca o modo de circulação pulsional própria do humano, sendo a condição primeira para a existência do estado de cultura (4), a repressão (Unterdrückung) da sexualidade que se seguirá geradora da moral sexual é tributária do sistema de valores que sustenta o imaginário social. As origens deste sistema devem ser procuradas nos mitos fundadores da cultura em questão. E o lugar da sexualidade nos relatos mitológicos – pecado, culpa, responsável pela queda, fonte de prazer... – marcará profundamente as formações ideais e superegoicas responsáveis pelo modo como o sujeito vivencia, consciente e inconscientemente, sua sexualidade. (CECCARELLI, 2012, p. 31)

“Entendemos então que o conteúdo pulsional que não passa pela aprovação da consciência é devolvido ao inconsciente [ou suprimido no pré-consciente] e retorna como uma angústia simbolizada das mais diversas formas como ansiedade, fobia, ato falhos etc.” (MENDES, 2018, p. 1). O que nos interessa é a falha psíquica na tentativa de fazer desaparecer um impulso, uma vontade, um desejo, que surgiu e despertou incômodo, e de que modo essa falha abre brechas para fazer retornar aquilo que o Eu tentou negar através do sintoma. É a partir de tais indagações que começamos a traçar como a repressão, enquanto mecanismo psíquico de defesa, pode surgir do contexto social de violência

transfóbica e como os processos de violência podem ser introjetados diferentemente por subjetividades trans.

### **3.3 Repressão e violência**

Nesse ponto da discussão, se torna fundamental diferenciar os processos de repressão e de violência, e analisar também em que pontos eles convergem entre si. A repressão diz respeito a um mecanismo individual, de defesa do Eu, que consiste em barrar certos pensamentos e desejos tidos como inadequados de permanecerem na consciência em nome da preservação da moral decorrente da cultura. Tem a ver com as dores, com as vergonhas, com as negações, de cada pessoa, em nome daquilo que o seu imaginário toma da cultura como aceitável.

A violência, como definimos de forma mais aprofundada no segundo capítulo, é o uso coercitivo de força de um sujeito, de uma instituição, e/ou de uma sociedade, contra outro sujeito e/ou grupos específicos de sujeitos. Como vimos, pode ser definida como psicológica, física, institucional, discursiva, etc. A violência, desse modo, é um fenômeno social. No entanto, ela pode ser introjetada subjetivamente, o que pode levar a processos tanto de reprodução da mesma, através de discursos e atos, bem como a repressão de certos pensamentos e atitudes. É sobre último processo que focaremos nessa parte do trabalho.

### **3.4 Repressão em subjetividades trans**

O tema de repressão em subjetividades trans é um tema raramente estudado, com poucas publicações, e por isso se torna um empreendimento desafiador tratar sobre ele. Podemos iniciar essa parte do capítulo, sinalizando que é equívoco presumir que os sujeitos transexuais são completamente desprendidos das normas sociais, pelo fato de contraporem moral sexual em vigência. “Ainda que alguns sujeitos não se deixem influenciar pelos mitos<sup>14</sup> de origem [dos valores morais de conduta social], eles não são imunes às suas influências devido à introjeção dos ideais sociais” (CECCARELLI, 2012, p. 31). Nesse ponto do trabalho, iremos esboçar falas de pessoas transexuais, transgêneros e mulheres travestis, que demonstram como essa população introjeta a violência de gênero, para podermos refletir sobre este problema, e poder pensar maneiras de como intervir, clínica e socialmente.

---

<sup>14</sup> [...] o mito fundador está para a cultura assim como o mito individual está para o sujeito: uma palavra fundadora de identidade (Ceccarelli, 2012, p. 32).

### 3.4.1 – Relatos autobiográficos

#### Herculine Barbin

Adélaïde Herculine Barbin foi uma pessoa intersexo nascida na França no ano de 1838. Antes de abordarmos algumas falas que sinalizam as suas repressões, é necessário afirmar que entendemos que a subjetividade de Herculine não cabe na visão moderna de uma subjetividade trans. No entanto, a sua história pode contribuir para a discussão na medida em que ela viveu a experiência de dois sexos em seu corpo, isto é, escolheu ser homem e ser mulher. “Os prazeres sentidos e experimentados por Herculine escapam a inteligibilidade imposta pelos sexos unívocos na relação binária” (PORCHAT, 2013, p. 201).

Ela escreveu um diário, onde abordou suas questões, desde lembranças de uma infância sofrida, em que precisou morar em um asilo católico para órfãos, até os últimos dias antes de cometer suicídio aos 29 anos.

Sofri muito, e sofre só! Só. Abandonado por todos! Não havia lugar para mim nesse mundo que me evitava e considerava maldito. Não havia um só ser humano que compartilhasse dessa imensa dor que se apoderou de mim no final da infância, idade em que tudo é belo porque toda perspectiva é nova e brilhante. Esta idade não existiu para mim. Eu tinha, desde então, distanciamento instintivo do mundo, como se houvesse já compreendido que viveria nele como um estrangeiro. (BARBIN apud FOUCAULT, 1982, p. 13)

Nesse trecho de seu diário, podemos analisar o sofrimento de Barbin diante do sentimento de abandono, de solidão, que experimentou desde cedo, quando seu pai morreu e sua mãe precisou lhe deixar neste abrigo dirigido por freiras e logo após, ao cair nas graças da mãe, ela foi transferida para um convento mais abastado. A questão que ele traz até então é a de não se sentir pertencente, e, por isso, ter que aprender a viver nele tal qual, ou seja, como alguém de fora desse mundo, “um estrangeiro”.

De acordo com Porchat (2013), ela vive como menina no convento até os 20 anos, anos, onde se apaixonou e se relacionou com as garotas em que lá também viviam. No entanto, ao passar dos anos, Herculine percebeu que se diferenciava em relação às outras: andava diferente, suas formas físicas eram diferentes, ela tinha pelos nos braços e na face, e isso gerou uma atenção da qual ela não gostava. A sua diferença era algo do qual ela se envergonhava profundamente. Ela se negava a tomar banhos com as demais colegas ou qualquer tipo de exposição, já que tinha ciência dessa diferença.

O mar subia rapidamente. As ondas eram enormes e chegavam a uma altura tão grande que era preciso fugir para evitar a submersão. Uma louca alegria instaurou-se! Somente eu assistia a esse banho como espectadora. O que me impedia de participar dele? Eu não sabia responder naquela época. Só sei que, contra a minha vontade, um sentimento de pudor me obrigava a não participar, como se eu tivesse medo de envolver naquele divertimento e ferir o olhar daquelas que me chamavam de amiga ou de irmã. (BARBIN apud FOUCAULT, 1982, p. 43)

O olhar do outro, para ela, tinha um peso importante, e o seu corpo, dentro dessa dinâmica, lhe causava vergonha e sentimento de culpa. Para Herculine, mostrar-se era “ferir o olhar” de quem tinha apreço por ela. “Há vergonha na constatação de sua diferença. A “sensação estranha que a dominou completamente” é indicativa de um gozo intenso, não mediado, que provoca culpa” (REGO; MARCONDES, 2017, p. 8). A frase “eu não sabia responder naquela época” também pode estar relacionada com um mecanismo repressivo, para preservar o seu Eu da dor que a resposta poderia lhe causar.

Na proximidade de sua maioridade, já havia comentários a respeito de sua aparência física e também sobre seu relacionamento com uma outra garota do internato, Sarah. Herculine, envergonhada de sua “condição”, então, faz confissões ao padre, e não tardou até que ela tivesse que fazer exames médicos, e foi obrigada a assumir uma identidade masculina, sob o nome de Camille e depois Abel, tendo sua permanência no internato proibida. O mundo dos homens é um mundo com o qual ela não se identifica, não consegue se relacionar mais com mulheres, e os comentários da cidade, contidos de maldades e mentiras, fazem com que Herculine/Camille/Abel se sinta abandonado e banido. O que ela acha de si começa a ser bastante similar com o que dizem sobre ele. O horror do Outro tem um papel fatal na vida de Herculine Barbin.

Vai maldito, cumpre o teu destino! O mundo que invocas não foi feito para ti. Não foste feito para ele também. Nesse vasto universo onde todas as dores têm lugar, tu procurarás em vão um canto para abrigar a tua. Mas a esse canto tua dor macularia. Ela inverte todas as leis da natureza e da humanidade. As casas de família fecharam as portas para ti. (BARBIN apud FOUCAULT, 1982, p. 92)

A ideia de morte, diante dessa impossibilidade vinda da sociedade preconceituosa da época e também da sua introjeção sob forma de “um dever a ser cumprido” (p. 77), parece a única saída para essa dor que não encontra amparo. Essa dificuldade social de reconhecimento da subjetividade é algo que parece permear a vida das pessoas intersexuais, trans e travestis, e pode ser muitas vezes fatal. “A visão de um túmulo me reconciliar com a vida. Lá encontro não sei que ternura, para aquele cujos ossos estão sob

os meus pés” (BARBIN apud FOUCAULT, 1982, p. 100). Herculine tira sua própria vida no ano de 1868, aos trinta anos de idade, através do que Foucault (1982) intitula como “fogareiro a carvão”. Segundo Rego e Marcondes (2017), Herculine descobre que seu gênero é masculino e feminino e, por isso, ter que viver como homem a tornou assexual, tendo que abandonar “a posição subjetiva de uma menina com jeito de menino que amava meninas” (p. 12). Para Porchat (2013), não lhe restou o que ser, já que ela seria um produto de uma ambivalência insolúvel (o que ela mesma ressalta no trecho passado), a qual lhe foi fatal.

### **João W. Nery**

João W. Nery foi o primeiro homem transexual no Brasil a ser operado. “Seu testemunho veio a público em 1984, com a publicação do livro *Erro de pessoa*, primeira versão reduzida de *Viagem Solitária*” (POLLO, 2016, p. 184). Nessa obra, ele fala de seus pensamentos, sofrimentos, na infância e na vida adulta, e de sua inconformidade desde cedo em relação ao seu corpo, como foi o caso de sua primeira menstruação, até as cirurgias e a hormonização.

Ele não entendia, assim como não entendia por que não podia andar sem camisa como o pai. “Virar mocinha” soava como uma sentença de morte. Quando a “monstruação” veio, João não se permitia sentir cólica ou TPM, surrava os seios e forçava a concubina para ver se escondia os “apêndices”. Era o começo de sua batalha com o próprio corpo, travada até hoje. (KAISER apud NERY, 2011, p. 14)

Esse trecho de uma entrevista concedida ao jornalista Millos Kaiser e publicada como introdução de sua obra *Viagem Solitária* pontua em partes como a repressão está delineada na vida de João. Para João, o modelo de homem que tinha como referência imaginária não era possível seguir devido ao corpo que ele tinha naquele momento. A visão social sobre o que é ser homem (não ter seios, não menstruar, ter um pênis) incidiu diretamente na visão de João. Ele tentava reprimir seus mecanismos fisiológicos, seus órgãos, porque nisso ele se aproximava do que acreditava ser um verdadeiro homem. A forma como ele reprime a própria sexualidade, principalmente, nos anos de juventude, também é algo que podemos perceber em sua obra, como no trecho a seguir.

Como quase tudo na vida de João, namorar não era fácil. Primeiro, precisava certificar-se de que a menina enxergava-o como homem [...]. Depois vinha a parte mais complicada: o sexo. A lua de mel com a primeira esposa foi um desastre. [...] João não gostava que tocassem em seus seios ou seu sexo, pois

isso lhe lembrava de sua condição *non grata*. “É preciso ser muito homem para chegar ao orgasmo só com a força da mente”, orgulha-se. (KAISER apud NERY, 2011, p. 15)

Essa constatação fica clara quando, ao longo do livro, o autor esboça como ele se impede de ser tocado ou de ir mais a fundo pelo seu sofrimento de “não ser um homem por completo”. Na passagem a seguir, vemos as ressalvas que ele fazia ao se apaixonar, ainda jovem e virgem, por uma colega de trabalho. João não conseguia compartilhar sobre a sua “condição”, apenas dizia que não sentia sensibilidade em certas regiões.

Embora já estivesse bastante machucado pela minha inversão corporal, ainda não sentia a dor terrível que só mais tarde iria aparecer: a impossibilidade de me sentir penetrando e ejaculando numa vagina, sem ter pênis, nem esperma, sem poder fecundar a mulher que amava. À medida que mais me envolvia, surgiu a necessidade de querer me certificar de como era visto por ela. O velho problema de talvez a estar atraindo não como homem, mas pelo meu deformado corpo de mulher. [...] – Você gozou? [...] Que facada! [...] Se respondesse, estaria evidenciando a minha humilhante condição. Se me calasse, porém, poderia dar margem a interpretações errôneas. (NERY, 2011, p. 74-75)

Ele se envergonhava de ter, como definia, “impossibilidades biológicas” e sua alternativa para suportar essa vergonha era escondê-las. Mas, apesar de suas repressões, João sempre esteve à altura de seu desejo e sempre procurou viver a partir dele. Como assinala Pollo (2016), o testemunho de João nos mostra como ele é um sujeito que mesmo diante de situações raras é capaz de afirmar a sua existência, de afirmar a força de sua singularidade para além de qualquer afinidade ou semelhança com o que os outros poderiam esperar.

### 3.4.2 – Depoimentos

#### G. J.

G. J. é um jovem transexual de 17 anos, que vive na cidade de Maringá, no interior do Paraná. Em seu depoimento sobre como é ser transexual, ele relata uma série de violências sofridas, desde a familiar até as institucionais; de uma falta de reconhecimento materna até uma negligência médica-jurídica, ambas não possibilitando que ele faça a sua hormonização de uma forma segura.

Em um primeiro momento, ainda criança, ele pensou que fosse uma mulher lésbica e resolveu compartilhar isso com a mãe, cuja recepção foi bastante negativa. O

ambiente familiar não foi acolhedor e ele se viu, ao longo de seus anos seguintes, tendo que lidar com suas questões existenciais sozinho, sem reconhecimento ou aceitação familiar.

No começo eu me descobri lésbica. Eu tinha uns seis, sete anos, mais ou menos. E, logo que eu descobri, eu cheguei na minha mãe tipo na inocência: “mãe, gosto de meninas”. Nossa, ali já acabou o mundo, ali já comecei a ouvir palavras como “ah, você é aberração, você não deveria existir”. E foi ficando pior, pior. E a questão da transexualidade surgiu quando eu tinha dez anos, que foi quando eu descobri o termo “transexual”. Eu sabia o que eu era dentro de mim, eu sabia exatamente o que eu era, só que eu não conseguia colocar aquilo pra fora, eu não sabia como expressar aquilo. Tanto que várias vezes eu falei “mãe, eu sou um homem” e ela me reprimia, dizia que não (informação verbal)<sup>15</sup>.

Há alguns elementos interessantes para análise nesse começo da fala de G. J., especificamente: (1) ali já acabou o mundo; (2) a sua dificuldade em expressar verbalmente a sua identidade de gênero, (3) e defini-la como “aquilo”.

O significante “ali” sinaliza algo importante, uma quebra entre o aqui e ali, entre o mundo subjetivo de G. J. e o mundo externo que o desqualifica. “Acabou o mundo” foi a frase que ele disse” e “você não deveria existir” foi a frase que a sua mãe lhe disse. Essas duas falas representam a existência de lados, de um aqui, que diz “sou homem” e de um ali, que diz “assim você não pode existir”.

Quanto à sua dificuldade em externalizar a sua identidade de gênero, ela pode estar relacionada ao medo que se originou quando a mãe o censurou anos atrás em relação a sua até então dita homossexualidade. Quando ele conseguiu “colocar para fora” o seu desejo, ele recebeu um não de um outro que não é um outro qualquer, ele recebeu um não de sua própria mãe. Então, essa trava que o impossibilitava de expressar quem ele era pode estar relacionada com o estrangulamento que veio primeiro de sua mãe, mas que fez uma marca também de caráter estrangulador (repressivo) no garoto.

Foi bem complicado porque desde os meus dez até uns quatorze, quinze anos, mais ou menos, eu fiquei pesquisando sozinho o que era ser transexual. Eu via documentários, vídeos, fotos, textos, depoimentos, conversava com pessoas de fora [...] e com isso eu fui me identificando, entende? E depois de um tempo, eu parei, eu falo “meu, é isso, achei, então vamo lá” e aí a parte mais difícil: assumir pros pais, família e sociedade inteira, porque aí você começa a mudar corpo, mudar o nome, muda tudo. A sua vida inteira muda. Você renasce. E ali eu renasci (informação verbal)<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Depoimento dado por G. J. no Canal Ana Miranda, em 2017.

<sup>16</sup> Depoimento dado por G. J. no Canal Ana Miranda, em 2017.

Diante do desamparo propiciado pela mãe nos seus primeiros anos de vida, G. J. se viu em um papel mais ativo e independente diante do seu desejo. “Aquilo” (a sua transexualidade) tomou uma nova forma em seu “renascimento”: “aquilo” discursivamente se tornou “isso”. Mas, mesmo com o seu processo de subjetivação mais desvencilhado do que a mãe (e o Outro) ditava, outros desafios mostram que esse processo nunca está desvencilhado por completo das marcações simbólicas de nossa cultura.

A transexualidade ela é muito ampla, eu acho. Então, não tem meio que uma definição. Eu prefiro não ficar colocando rótulos. [...] É você chegar ali na frente do espelho e ficar com uma tesoura apontada assim [ele simula o objeto com dois dedos em direção aos seios] querendo arrancar o que não é seu, fora, o que não te pertence, fora, entende? É você olhar no espelho e ter a certeza de que você está no corpo errado, de que não é seu corpo, que não é a sua casa, que você precisa reformar a sua casa. [...] Eu acho que os pais tinham que parar de idealizar um filho, deixar ele ser quem é ele, sabe? Tipo, ensinando a respeitar o próximo, ensinando a se autorrespeitar e se autoaceitar também, porque aí a parte é uma das partes mais complicadas; porque eu passei quatro anos pra me autoaceitar, pra me autoconseguir, me expor, pra eu conseguir tá aqui hoje (informação verbal)<sup>17</sup>.

G. J. compreende que cada experiência transexual é única, mas compartilha uma parte de sua própria experiência. É possível identificar o caráter de corte, de repressão, quando ele pontua que quer se livrar de seus seios e que a presença desses órgãos em seu corpo faz dele um ser não pertencente. E, na verdade, os órgãos em si não são dele, por isso ele precisa reformar seu próprio corpo, “reformular a sua casa”. Isso demonstra como ele, dentro de sua singularidade, compreende de que forma um homem deve parecer, similar a noção culturalmente construída do que é masculino. Isso demonstra uma ambivalência, presente em todos os sujeitos sejam eles cis ou trans: ao passo que ele se contrapõe à norma (ele se “autoconseguiu” mesmo com o não, mesmo com a impossibilidade anunciada através do discurso da mãe, do Outro) ele também deseja segui-la por uma outra via (cortando fora os seios). Sobre isso, a psicanalista Patrícia Porchat pode contribuir com a reflexão seguinte.

Muitos [sujeitos transexuais] já sabem que serão perguntados sobre sua infância, a relação com seus pais, a relação com seu próprio corpo, com o sexo oposto, etc. O “transexual verdadeiro”, ao qual devem corresponder, tem ojeriza a seus genitais, não aceita seu corpo, não se masturba, é assexuado e espera a cirurgia de transgenitalização para enfim poder se relacionar sexualmente. Ser doente e obter um número que corresponda a determinada classificação no manual de doenças é o próprio passaporte para realizar uma transição de um corpo-gênero a outro. Mas o que está em jogo é a ideia de que

---

<sup>17</sup> Depoimento dado por G. J. no Canal Ana Miranda, em 2017.

o transexual oficial ou verdadeiro é uma ilusão criada pelo próprio aparato médico-jurídico. (PORCHAT, 2013, p. 198)

Essa reflexão nos ajuda a pensar não por uma via que dita como as subjetividades trans devem ou não fazer as terapias de hormonização ou a cirurgia de transgenitalização, do que é certo ou errado a ser escolhido, mas para entendermos como em muito elas se colam com o discurso do ideal e como elas reprimem ou tentam se afastar de certas questões que lhes são psíquica ou fisicamente incômodas justamente por causa da identificação<sup>18</sup>, como é o caso de João W. Nery e de G. J.. Podemos começar a compreender, mesmo que de uma forma ainda breve, como os processos de repressão vividos por essas subjetividades podem se delinear.

### **B. A. H.**

B. A. H. é uma jovem transexual do interior do Goiás. Ela relata que demorou um certo tempo para compreender que era transexual. Em suas brincadeiras de criança, ela gostava de brincar com bonecas, de cozinhar, etc., mas não diferenciava se isso era coisa de menina ou de menino.

Quando você é criança, você não tem percepção do que é masculino e feminino, sabe? É tudo meio misturado assim. Os adultos que colocam limites, que colocam diferenciações entre o que é coisa de menino e o que é coisa de menina. Quando você é criança você não tem a mínima ideia, pelo menos eu não tinha lembrança de que tinha essa diferenciação. Tanto que eu sempre brinquei de boneca desde que eu me entendo por gente; de boneca, de casinha, de cozinhar. Era sempre esse universo que eu brincava e tava tudo bem ok lá na minha casa [...] Então, como eu não tinha muita diferenciação, pra mim era o que eu gostava de fazer, estava tudo ótimo (informação verbal)<sup>19</sup>.

Essa “alienação” infantil em relação às prescrições da sociedade, ou como B. nomeia como “os adultos que colocam as diferenciações”, toma investidas dessas prescrições com o passar dos anos. Ela começa a sentir o peso daquilo que até a sua infância era imperceptível. A diferenciação toma forma quando ela entra na escola, se vê diante dos grupos de meninos e de meninas, e logo a sua repressão toma forma também.

Quando você cresce, isso já na adolescência, começa principalmente na escola (na escola tem muito disso né) “menino faz fila tal, menina vai pra fila tal. A brincadeira “x” é dos meninos, a brincadeira “y” é das meninas. Na escola,

<sup>18</sup> “Assimilação de um eu estranho, resultando que o primeiro se comporta como o outro em determinados pontos de vista, que ele limita, de alguma forma, e que acolhe em si mesmo, sem se dar conta disso” (CHEMAMA, 1995, 102).

<sup>19</sup> Depoimento dado por B. A. H. no Canal Vai Bruna, em 2017.

esse estereótipo de gênero é muito reforçado. E foi mais ou menos com 10 anos que eu comecei a sentir esse peso maior, essa diferença e o que eu podia fazer e o que eu não podia, de acordo (né) com as regras da sociedade. Quanto mais você cresce mais você é obrigado a desempenhar um papel de gênero que as pessoas que a sociedade te reconhece. No caso na época eu era reconhecida como menino, então eu tinha que desempenhar o papel de gênero de menino, que era jogar futebol, gostar de menina [...]. Então, quanto mais eu crescia mais difícil pra mim era aceitar que eu tinha que estar naquele grupo em que eu não me reconhecia. Eu sempre me sentia mais à vontade no grupo das meninas, porque era onde me reconhecia mais fácil. “Nossa, aquilo ali combina tanto mais comigo do que isso aqui que as pessoas tão falando pra eu fazer”. Mas ok, isso não era muito latente, porque até na época eu não sabia o que isso significava, só sentia que tinha alguma coisa ali que não tava certa. [...] Na adolescência mesmo [...], acho que uns dezesseis anos, que eu já entendia o que era as coisas, tinha até dados uns beijinhos, que começou a me incomodar muito em todos os ambientes que eu frequentava (informação verbal)<sup>20</sup>.

O “então, eu tinha que desempenhar o papel de gênero de menino” aponta para uma marca importante no processo de transexualidade de B e também como ela acreditava, no começo de sua adolescência, que tinha que seguir o que aquilo que chama de “diferenciação” dizia que era o certo a ser seguido, estrangulando aqueles sentimentos de estar mais à vontade no grupo das meninas e de se identificar mais com o que acontecia dentro desse grupo. Até que o seu desejo apareceu e reivindicou o seu lugar dentro da dinâmica subjetiva de B. do que é “seguir o certo e seguir o errado”.

Ela entra na faculdade, sente-se com maior liberdade, e começa a pesquisar, a procurar entender “o que isso significava”, percebendo que não só não pertencia ao grupo dos meninos como não pertencia ao grupo dos meninos homossexuais. O processo de se entender como uma mulher transexual não foi um processo fácil e rápido de assimilação para B., mas ela levou o seu tempo, contou com o apoio da família e passou a tomar decisões aos poucos – ainda estrangulando algumas coisas em sua vida.

No começo, quando você começa tomar hormônio você sente um alívio porque você sabe que você tá dando um passo muito importante na sua vida, mas é muito lento o processo até você realmente se ver no espelho e se reconhecer como pessoa. Então nesse meio termo de um ano e pouco que eu fiquei nesse processo de transformação, eu quase não saía de casa, ficava só dentro de casa meio que num casulo. E aí passou dois anos e eu apareci pro mundo assim (informação verbal)<sup>21</sup>.

“É lento o processo até você se ver no espelho e se reconhecer como pessoa” é uma frase com peso psíquico relevante e que nos faz questionar como, antes de se entender como uma mulher trans, B. se olhava. Não era uma pessoa até então? Essa fala

<sup>20</sup> Depoimento dado por B. A. H. no Canal Vai Bruna, em 2017.

<sup>21</sup> Depoimento dado por B. A. H. no Canal Vai Bruna, em 2017.

que não diz da dificuldade de se reconhecer como pessoa transexual, mas de não “se reconhecer como pessoa” nos chamou atenção. E no momento que ela decide fazer essa transição, o espelho ainda é o único espaço em que ela tolera ser olhada dentro desse processo. Foram dois anos até ela conseguir sustentar a sua imagem a partir do olhar dos outros, a partir do olhar do Outro.

E passados os dois anos que eu estava dentro do casulo esperando ficar pronta e ter coragem de sair na rua, porque é quase um ato político você sair na rua e assumir sua identidade, foi no carnaval. Eu esperei uma época em que tradicionalmente as pessoas estão mais tranquilas, tudo mundo tá mais de boa com o mundo [...]. No primeiro dia, eu fui pro carnaval, mas fui meio andrógina, sabe, nem lá nem cá, assim. Eu tava muito insegura. Primeiro, o medo da violência é muito grande, né; segundo, a minha insegurança quanto à minha imagem. Então, no primeiro dia eu fui mais ou menos, meio que disfarçada. Não aconteceu nada. No segundo dia, a mesma coisa. Parece que eu tava, assim, com muito medo da opinião das outras pessoas. E não estava muito segura. Eu fui totalmente meio mais ou menos. No último dia, eu ia embora no outro dia. Eu falei “gente, eu vim pra cá pra isso praticamente; trouxe tudo, trouxe figurino, né? Por que não?”. Eu falei “Caio, compra lá uma bebida pra gente” [...]. Me produzi toda bêbada [...] e a gente saiu. E eu assim [...] “agora que o povo vai tacar pedra na rua, vou ser agredida, né, o povo vai abrir minha cabeça”. E não aconteceu nada. [...] E desde então a minha vida tem sido essa, muito mais bem resolvida (informação verbal)<sup>22</sup>.

Casulo, insegura, insegurança, nem cá nem lá (onde?), medo da opinião dos outros. Podemos compreender que há evidentemente algo relacionado com um perigo real, de violência contra pessoas trans, mas algo que pode não estar tão evidente assim e, que pela escolha dessas palavras, nos chama atenção: algo que é próprio da experiência de transexualidade de B. Um medo de mostrar-se, uma insegurança quanto própria imagem – ou seja, algo que não é da via do real, mas do imaginário. O casulo, que é uma parte *transformação* da borboleta e que é a sua forma de defesa em relação ao mundo externo quanto este animal se encontra em grande vulnerabilidade, não oferece segurança e conforto por todos as etapas de vida. E B. levou o seu tempo para entender que os outros iriam vê-la agora como uma mulher trans e muitas coisas poderiam acontecer a partir disso, inclusive nada. No entanto, a relação entre o medo de sofrer violência, o “encasular-se” e a falta de segurança que de fato está colocada no mundo e a insegurança subjetiva pode ser vista no discurso de B.

---

<sup>22</sup> Depoimento dado por B. A. H. no Canal Vai Bruna, em 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito trans é um sujeito como qualquer outro que se vê diante da vida em sociedade. “Um sujeito em busca de reconhecimento, em busca da possibilidade de existir” (PORCHAT, 2013, p. 197). Quando a sociedade (incluindo os pais, a família, a escola, o hospital, a justiça, a ciência) afirma a impossibilidade de existência desse modo de subjetivação é de se esperar sofrimento, angústia, repressões, por parte dessas pessoas. Estes são alguns dos operadores clínicos com os quais a Psicanálise trabalha dentro de suas teorias e práticas, estas que por sua vez puderam contribuir para nossa discussão.

Sendo o Brasil o país que mais mata pessoas trans, não podemos mais fechar os olhos, dentro e fora da academia, para este fato assustador. O segundo capítulo desse trabalho tentou tratar dessa questão, de como a sociedade patriarcal e a sua norma social cishetero é responsável pela criação, pela manutenção e pela perpetuação do alvo nas costas dessas pessoas. O terceiro capítulo, por sua vez, tentou mostrar como a violência contra essas pessoas pode ser internalizada, apontando que a violência pode vir não somente de fora para dentro, mas que pode ser introjetada e gerar mecanismos psíquicos que geram angústia, como é o caso da repressão. Entre as instituições familiares, médico-jurídicas, psicológicas, que são nascem dessa sociedade, e que muitas vezes sustentam essa violência e contribuem para a repressão das pessoas trans, via educação, diagnóstico, decisão judicial, interpretação e intervenção psicológica, está também certos usos da Psicanálise.

Por isso, dentro das várias possibilidades de interpretação por meio da teoria psicanalítica, é necessário que aquele que faz uso desta se pergunte se a sua interpretação está alinhada à escuta do sujeito ou se ele está a utilizando para confirmar aquilo que na verdade é a sua impressão pessoal de certo fenômeno. “O risco é o apagamento da singularidade, na medida em que se deixa de escutar o específico de cada pessoa *trans*” (PORCHAT, 2013, p. 200). E isso pode acabar servindo para o *modus operandi* da sociedade que desumaniza e violenta essas pessoas, e contribui para uma carga de sofrimento que beira o insuportável para várias dessas pessoas.

Por esse motivo, optamos por pontuar no título e ao longo de todo o trabalho o lugar das subjetividades trans, no plural. As pessoas trans são, cada uma delas, um mundo subjetivo único. Apesar de algumas vivenciarem, em um contexto macropolítico, experiências que muitas vezes se assemelham, em termos de violência discursiva, física, institucional, o modo como cada uma lida diante desse contexto é singular. E este conflito

entre o que é externo e entre o que é interno é que demarca o contexto micropolítico, como por exemplo o clínico – um dos campos em que a Psicanálise pode intervir.

Por isso se coloca “a importância de nunca encerrar a transexualidade numa discussão de normal e patológico” (JORGE; TRAVASSOS, 2019, p. 13). A necessidade de compreender e acolher, dentro das mais variadas áreas de conhecimento, a pluralidade da existência humana, precisa ser considerada. Todas essas pessoas têm histórias de vidas que são atravessadas por um percurso de violência e consequentes repressões, mas estamos nos dando conta desse fenômeno histórico que as invisibiliza, patologiza, hostiliza, e é nesse dar-se conta que podemos criar novas possibilidades tanto de amparo dessas pessoas bem como contribuir, dentro de nossos aportes, para a mudança na realidade atual de violência transfóbica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ana Claudia da Silva. Sexopolítica: a biopolítica na constituição dos corpos abjetos. In: VIANA, Ana Cristina Aguiar et al (org.). **Pesquisa, Gênero & Diversidade**: memórias do III encontro de pesquisa por/de/ sobre mulheres. Curitiba: Editora Íthala, 2020. p. 145-162.

ALVES, Gabriela Barreto. **Transexualidade e direitos fundamentais**: o direito à identidade de gênero. 2013. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5905/1/PDF%20-%20Gabriela%20Barreto%20Alves.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

ARÁN, Márcia. A psicanálise e o dispositivo *diferença sexual*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 653-673, dez. 2009.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.49-63, jul. 2006.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, ago. 2009.

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 14, out. 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: 29 mai. 2020.

ARAÚJO, Ana Clara. **Teoria Psicanalítica – Recalque x Repressão**. [S.I.]: Mente Aberta, 2016. (921 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=viefltE5feY>. Acesso em: 12 nov. 2020.

AYOUCH, Thamy. Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. **Percursos**: Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, Exigências da Clínica e da Cultura à Psicanálise, São Paulo, p. 23-32, jun. 2015.

AYOUCH, Thamy. Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados. **Periódicus**: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, Salvador, v. 1, n. 5, p.3-6, out. 2016.

B. A. H.. Transexualidade. [S. L.]: Canal Vai Bruna, 2016. (12 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ltrl4EejDQQ>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. 256 p. Coleção sexualidade, gênero e sociedade.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: Violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: Edufba, 2016. Cap. 3. p. 43-67.

BONASSI, Bruna Camillo et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p.83-98, dez. 2015.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 1. 20 jun. 2017. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538498/Cidadania\\_598.pdf?sequen](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538498/Cidadania_598.pdf?sequen)>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BUSSIN, Valéria Melki. **Morra para se libertar**: estigmatização e violência contra travestis. 2015. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14072015-092040/publico/busin\\_corrigeida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14072015-092040/publico/busin_corrigeida.pdf). Acesso em: 02 mar. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1990. 17. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019. 287 p. (Coleção Sujeito & História). Tradução de Renato Aguiar.

CAMPUZANO, Giuseppe. Recuperação das histórias travestis. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (org.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: Abia, 2008. p. 81-90. Tradução de Jones de Freitas.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. A gênese da repressão em Freud: diagnóstico e tendência oculta da psicanálise. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, [S.L.], v. 5, n. 09, p. 117-133, 19 dez. 2014. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/1984-8900.2013.v5n09.4519>.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**: Cajazeiras, v. 2, n. 2, p. 192-206, dez. 2017.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Mitos, sexualidade e repressão (1). **Ciência e Cultura**, [S.L.], v. 64, n. 1, p. 31-35, jan. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.21800/s0009-67252012000100013>.

CECCON, Roger Flores; MENEGHEL, Stela Nazareth. Fascismo de gênero: controle, opressão e exclusão de mulheres. **Revista Psicologia Política** São Paulo, v. 19, n. 46, p. 449-458, dez. 2019. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

CECHINEL, André. Mistura de Gêneros: Tirésias em The Waste Land. **Todas as Letras** (São Paulo), v. 10, n. 1, p. 51-58, 2008.

CESAROTTO, Oscar. **Cultura e Repressão**: recalque e repressão a partir de Freud, Reich e Lacan, e os aparelhos ideológicos do estado, ou cultura. In: Videoconferência "Psicanálise e cultura - Freud e Lacan". [S. l.]: Núcleo Márcio Peter de Ensino - Conexão Lacaniana, 2008. p. 1-11.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995. Tradução de Francisco Frankie Settineri.

COSSI, Rafael Kalaf; DUNKER, Christian Ingo Lenz. A Diferença Sexual de Butler a Lacan: gênero, espécie e família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 33, p. 1-8, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3344>.

CUNHA, Eduardo Leal. A psicanálise e o perigo trans: (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). **Periódicus: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, v. 5, n. 1, p.7-22, 2016. Disponível em: <[https://www.spbsb.org.br/site/images/Cowap/A\\_psicanalise\\_e\\_o\\_perigo\\_trans\\_Eduardo\\_Leal\\_Cunha.pdf](https://www.spbsb.org.br/site/images/Cowap/A_psicanalise_e_o_perigo_trans_Eduardo_Leal_Cunha.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DUNKER, Christian. **O recalque - Glossário Freud | Christian Dunker | Falando daquilo 13**. 2017. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2t1P8Yfj4HA>. Acesso em: 27 out. 2020.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella R. (org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. Cap. 7. p. 61-65.

FERREIRA, Denis Gonçalves et al. O discurso dos médicos e de não médicos de duas cidades do Mato Grosso sobre Transexualidade. **Connectiononline: Revista Eletrônica do UNIVAG, Várzea Grande**, n. 20, p.4-19, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um Hermafrodita**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. (Digital). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FREUD, Sigmund. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno (1908). In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas, volume 6: o delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos**. [S.L.]: Companhia das Letras, p. 251-271. (Digital). Tradução de Paulo César de Souza.

FREUD, Sigmund. **As pulsões e seus destinos**. 1915. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Tradução de Pedro Heliodoro Tavares. (Obras Incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. 1930. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. 9ª reimpressão. Tradução de Paulo César de Souza.

FREUD, Sigmund. Sobre a Sexualidade Feminina. 1931. In: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (Org.). **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 285-307. (Obras Incompletas de Freud). Tradução de: Maria Rita Salzano Moraes.

FREUD, Sigmund. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. 1905. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas Volume 6: Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos (1901-1905)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13-172. (Digital). Tradução de: Paulo César de Souza.

FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoide) relatado em autobiografia: "O caso Schreber"**, 1911. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas Volume 10: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("o caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. [s.l.]: Companhia das Letras, p. 09-80. (Digital).

G. J.. Ser Trans - Um Relato. [S. L.]: **Canal Ana Miranda**, 2017. (8 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QrhmCZQ7Ew0>. Acesso em: 24 nov. 2020.

GUIMARÃES, Christian Fabiano et al. Assassinatos de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?. **Athenea Digital: revista de pensamento y investigación social**, Barcelona, v. 13, n. 2, p.2019-227, jul. 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104710>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

JORGE, Marco Antônio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

JÚNIOR, Jurandyr Nascimento Silva; BESSET, Vera Lopes. Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.L], v. 22, n. 2, p. 323-336, jul. 2010.

KOSOVSKI, Giselle. Lacan e o transexual de Stoller. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 133-142, 2016. Universidade Veiga de Almeida. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2016v2p.133>.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente 1957-1958**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999. (Texto estabelecido por Jacques-Alein Miller). Tradução de Vera Ribeiro. (Digital).

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 16: de um Outro ao outro 1968-1969**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. (Texto estabelecido por Jacques-Alein Miller). Tradução de Vera Ribeiro. (Digital).

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 20**: mais, ainda. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Versão brasileira de M. D. Magno. Disponível em: <<https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-lacan-o-seminacc81rio-livro-20-mais-ainda.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LAGARDE, Marcela. **La multidimensionalidad de la categoría género y del feminismo**. [S.L.]: Instituto de Capacitación Parlamentaria, 2015. Disponível em: <<http://capacitacion.hcdn.gob.ar/wp-content/uploads/2015/12/lagarde.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LOPES, Anchyses Jobim. Transexualidades: psicanálise e mitologia grega. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 47, p. 47-71, jul. 2017.

MACHADO, Ondina. O corpo e a violência na psicanálise. **Revista Entreterios**, [s.l.], n. 2, 2019.

Maia, S. V.. De Foucault a Butler: identidade(s), performatividade e normatividade de gênero. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), **Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia**. Braga: CECS, 2019, p. 417-428.

MARTINS, Ana Carolina B.L.; POLI, Maria Cristina. Transexualidade e Norma Sexual: a psicanálise e os estudos queer. **Revista Subjetividades**, [s.l.], v. 18, p. 55-67, 11 jul. 2018.

MIRANDÉ, Alfredo. The Muxes of Juchitán: a preliminary look at transgender identity and acceptance. **CWSL Scholarly Commons**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 509-540, 2012.

MENDES, Arthur. **Repressão e Recalque**. 2018. Disponível em: <https://www.profarthurmendes.com.br/single-post/2018/03/31/REPRESS%C3%83O-E-RECALQUE#:~:text=A%20a%C3%A7%C3%A3o%20da%20repress%C3%A3o%20causa,da%20tens%C3%A3o%20causada%20pela%20repress%C3%A3o..> Acesso em: 10 nov. 2020.

MOSCHETA, Murilo dos Santos; FÉBOLE, Daniele da Silva; ANZOLIN, Bárbara. Visibilidade seletiva: a influência da heterossexualidade compulsória nos cuidados em saúde de homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 71-83, set. 2016.

MOURA, Fátima. **Recalque é o mesmo que reprimir?**. [S.I.]: Sociedade Brasileira de Psicanálise Integrativa - SBPI, 2019. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6QFvCkZaD1w>. Acesso em: 27 out. 2020.

NERY, João W.. **Viagem Solitária**: memórias de um transexual trinta anos depois. 4. ed. São Paulo: Leya, 2011. 336 p.

POLLO, Vera. Transexualidade e transgêneros: o gozo sexual da falante. **Stylos Revista de Psicanálise do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 33, p. 177-189, nov. 2016.

PORCHAT, Patrícia. Psicanálise, gênero e singularidade. **Revista Faac**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 195-202, mar. 2013.

QUINET, Antonio. A Psicanálise na era trans. **Stylus Revista de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 13-22, fev. 2018.

REGO, Claudia de Moraes; MARCONDES, Carolina. História de um mal estar na contemporaneidade: Michel Foucault e Herculine Barbin. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: Transformações, conexões, deslocamentos, 11., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. 2017. p. 1-12.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Pólen: Sueli Carneiro, 2019. 112 p. (Feminismos Plurais). Coordenação de Djamila Ribeiro.

RIGUINI, Renata Damiano; MARCOS, Cristina Moreira. Cinco Notas sobre o Femicídio a partir da Psicanálise. **Revista Subjetividades**, [s.l.], v. 18, p. 1-12, 11 jul. 2018.

RODRIGUES, Júlia Naomi Costa. **Reflexões sobre a hospitalidade no processo de inclusão de transexuais na Universidade Federal do Maranhão**. 2018. 90 f. Monografia (Especialização) - Curso de Hotelaria, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SANTOS, Adelson Bruno dos Reis; CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise e moral sexual. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 23-30, jun. 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SAÚDE POPULAR. Brasil de Fato: Uma Visão Popular do Brasil e do Mundo. **Transexualidade deixa de ser considerada transtorno mental pela OMS**. 2019. Matéria elaborada no dia 20 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/20/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-transtorno-mental-apos-28-anos/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SCHLACHTER, Lina; BEIVIDAS, Waldir. Recalque, rejeição, denegação: modulações subjetivas do querer, do crer e do saber. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 207-227, dez. 2010.

SIGUSCH, Volkmar. The Sexologist Albert Moll – between Sigmund Freud and Magnus Hirschfeld. **Medical History**, [s.l.], v. 56, n. 2, p.184-200, abr. 2012. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/mdh.2011.32>.

SILVA, Angela Cristina; SANTOS, Kátia Alexsandra. O feminino e a perspectiva lacaniana de superação da lógica fálica. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 39, n. 74, p. 39-46, dez. 2017.

TILIO, R.. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 2, p.125-148, maio 2014.

THOMAZ, Danilo. Reduzida por homicídios, a expectativa de vida de um transexual no Brasil é de apenas 35 anos: Em 2017, 179 transgêneros foram assassinados no país. **Época**. [s. l.], p. 1-5. 30 jan. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/01/reduzida-por-homicidios-expectativa-de-vida-de-um-transexual-no-brasil-e-de-apenas-35-anos.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.